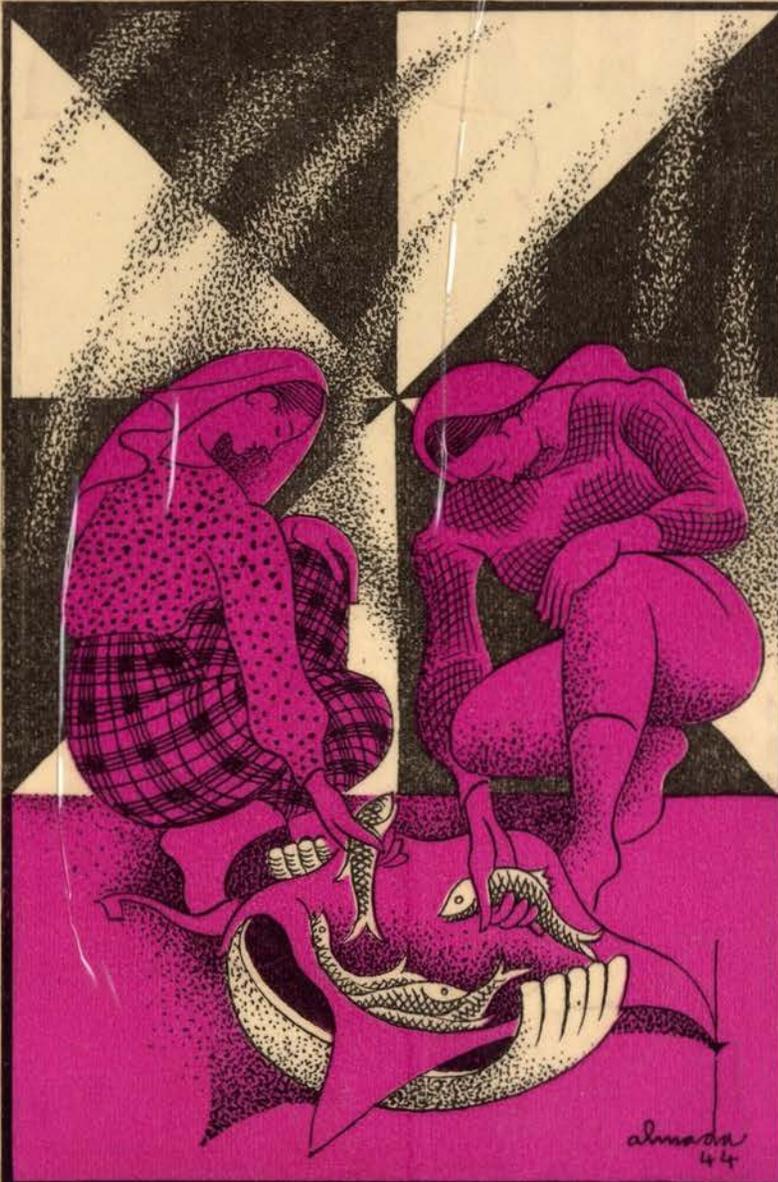


# OLISIP

BOLETIM DO  
GRUPO

"AMIGOS DE  
LISBOA"



ANO X  
N.º 37

JANEIRO  
1947



# COURAÇA

TORNA OS DENTES BONITOS



UP

# Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

S. A. R. L.

CAPITAL: 80.000.000\$00 • FUNDOS DE RESERVA: 81.000.000\$00

SEDE: 95, RUA DO COMÉRCIO, 119 — LISBOA

Filiais — Porto, Coimbra, Braga, Faro, Covilhã,  
Ponta Delgada — (Açores)

Agências — Abrantes, Espinho, Estoril, Gouveia,  
S. João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Man-  
gualde, Torres Vedras, Toitozendo, Moura, Figueiró  
dos Vinhos, Guandá, Matosinhos, Olhão, Montijo,  
Montemor-o-Novo e Vila Franca de Xira

Dependências urbanas (LISBOA) — Alcântara, Al-  
mirante Reis, Benfica, Conde Barão e Poço do Bispo.

**EFFECTUA TODAS AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS**

TELE { FONES: 58135-58136  
GRAMAS: MALHAS



CÓDIGOS { ABC — 5.ª Edição  
RIBEIRO

MARCA REGISTRADA

## SIMÕES & C.ª, LIMITADA

AVENIDA GOMES PEREIRA — BENFICA

FUNDADA EM 1907

A mais importante Fábrica de artefactos de malha  
do País. Fabricação de meias, peúgas, camisolas e  
rouparia de malhas para homens, senhoras e crianças,  
em algodão, lã e sêda

**GRIADORA DA BEM CONHECIDA E ACREDITADA MEIA «SUPERKALIO»  
E DAS ROUPAS «SUPREMA»**

UM BOM LIVRO  
UM BOM JORNAL

SÓ NA



MARCA REGISTRADA

COMPOSIÇÃO MECÂNICA



TRABALHOS GRÁFICOS  
EM TODOS OS GÊNEROS



151, RUA DO SALITRE, 155 — LISBOA  
TELEFONE PBX 53173/4

# ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILOMETROS DE LISBOA / EXCELENTE ESTRADA MARGINAL  
Rápido serviço de comboios eléctricos — Clima excepcional durante todo o ano

**Todos os desportos:** Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgri-  
ma, Tiro, etc.

**Estoril-Palácio-Hotel:** Moderno e elegante — Magnífica situação.

**Hotel do Parque:** Todo o conforto — Anexo às termas.

**Monte Estoril-Hotel:** (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado.

**Estoril-Termas:** Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico. Aná-  
lises Clínicas — Gimnástica Médica — Maçagens.

**Tamariz:** Magníficas esplanadas sobre o mar. Restaurante-Bar.

**PISCINA** de água tépida — **SALA** de ARMAS  
**ESCOLA DE EQUITAÇÃO** — **STANDS DE TIRO**

CASINO:

Aberto todo o ano  
Cinema — Concertos — Festas  
Dancing — Restaurante — Bars  
Jogos autorizados

Informações: — Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL

## A. Serra Campos Ferreira

Rua António Maria Cardoso, 27 — Telefone: 28949 — LISBOA

### Agente e distribuidor de:

Vinhos do Porto «TAYLOR» (Taylor, Fladgate & Yeatman)  
Vinhos de Mesa «SOGRAPE» (Sociedade Comercial dos Vinhos de  
Mesa de Portugal, Lda.)  
Espumantes Naturals e Brandy «N-TO COSTA» (Vinicola Neto Costa, Lda.)  
Vinhos Verdes «QUINTA DO PASSO», «LOUREIRO» e «CASTELO DE  
BASTO» (Vinhos de Basto, Lda.)  
Compotas de Frutas (Soures, Matos & C.<sup>ª</sup>)

Champagne «MERCIER» (E. Mercier & C.<sup>o</sup>)  
Cognac «DENIS-MOUNIÉ» (Denis-Mounié & C.<sup>o</sup>)  
Gin FINSBURY» (The Finsbury Distillery C<sup>o</sup> Ltd.)  
Vinhos de Jerez e Brandy «RUIZ» (António Rodrigues Ruiz y Hermanos)  
Licor «SEN COLÉ» (Abbaya de Sénanque)  
Licores «BOLL & DUNLOP'S» (Boll & Dunlop's Distillery)  
Vinhos «BOURGOGNE» (Plat & Cie.)

### Depositário de:

Vinhos do Dão, Vermouth, Vinhos da Madeira, Whisky, etc.

# Companhia do Papel do Prado

**S. A. R. L.**

**Proprietária das Fábricas do Papel do Prado e Marianaia (Tomar),  
Penedo e Casal Ermio (Lousã), Vale Maior (Albergaria-a-Velha)**

Premiada em tôdas as exposições a que tem concorrido:

Medalhas de Ouro: Exposição Universal de Paris de 1900,  
Universal dos Estados Unidos do Brasil de 1908 e  
Industrial Portuguesa de 1929

**Execução rápida de papéis em todos os géneros, tendo  
sempre em armazém papéis para todas as aplicações**

Especialidade em papéis de máquina contínua,  
de escrever, de impressão, manilhas, afiches  
e imitação de «Couché»; Papel de côr para  
capas; Papéis de embrulho; Papel Kraft; Vege-  
tal; Papelão palha; Papéis de máquina redonda  
almoços, Leornes, mezenas, etc. À venda em todos  
os estabelecimentos de papelaria e armazéns

Telefones: DIRECÇÃO 2 3623 — Armazém 2 2332

Escritório 2 2331 — Do Estado 188

Rua dos Fanqueiros, 270 a 278-2.º 49, Rua Passos Manuel, 51

Escritório e Depósito: SEDE

**LISBOA**

**PORTO**

---

Esta revista é impressa em papel da  
**COMPANHIA DO PAPEL DO PRADO**

EXPOSIÇÕES



GRÁFICOS

Recortes, letras em madeira e cortiça  
Trabalhos de Carpintaria e Marceneria

Tel. 21483

◆ 42, RUA DA VINHA, 42-A ◆

LISBOA

**Eduardo Gomes Cardoso**

CONSTRUTOR MECÂNICO

AVENIDA 24 DE JULHO, 26

End. tel.: EDCARD

Tel. 60289

LISBOA

Máquinas para a indústria corticeira.  
Máquinas para a Indústria de con-  
servas. Geradores de gás pobre  
para lenha, desperdícios de madei-  
ras, antracites e carvões vegetais.

**Bombas centrífugas e rotativas**

Transmissões: veios, uniões rígidas e  
de fricção (embreagem), chumacei-  
ras de rolamentos esféricos, auto-  
máticas e de tipo Sellers

**Construções e reparações  
mecânicas**

DESENHOS E ORÇAMENTOS

AO PEDIR

ÁGUA MINERAL

PEÇA



LEVE, ESTOMACAL, LÍMPIDA

*Efeitos imediatos na digestão*

— À venda em toda a parte —



PROCURAR A  
**Livraria Sá da Costa**

É ENCONTRAR O LIVRO  
QUE SE PRETENDE

*Rua Garrett, 100 — LISBOA*



R. DA ATALAIA - LISBOA



OS BONS COZINHEIROS



PREFEREM O GAS

# ANTIGA CASA FIGUEIREDO

FUNDADA EM 1864, NA RUA BELA DA RAINHA

HOJE, RUA DA PRATA, 215-217

EM LISBOA

TELEFONE 27606

CASA ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO DE:

COLCHÕES DE ARAME  
COLCHÕES DE SUMAUMA DE JAVA  
COLCHÕES DE Lã  
COLCHÕES DE CRINA ANIMAL  
COLCHÕES DE Lã E CRINA (MIXTOS)  
COLCHÕES DE CORTIÇA  
COLCHÕES DE FOLHELHO

SOMENTE FABRICAÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE,  
COM OS MELHORES PANOS PARA CAMAS DE  
TODOS OS ESTILOS E DIMENSÕES

DIVANS—CAMAS—ALMOFADAS DE PENAS

SECÇÃO DE CAMPISMO: CAMAS, MESAS, CADEIRAS E  
BANCOS ARTICULADOS — TENDAS — MOCHILAS — LAVATÓRIOS,  
BALDES, BANHEIRAS E CHUVEIROS DE LONA — COLCHÕES POR-  
TÁTEIS — SACOS DE DORMIR — BORNAIS — LANTERNAS—CANTIS  
Facas de mato, talheres e todo o material portátil para praticar campismo

COMPANHIA

# DAS AGUAS DE LISBOA

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

CAPITAL 50.000.000\$00

SEDE AVENIDA DA LIBERDADE, 24 LISBOA

---

---

# OLISIPO

---

---

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA                      EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

— REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 25711 —

COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA»-R. DO SALITRE, 153-TELEF. 53173-LISBOA

---

---

## SUMÁRIO

- ASCENDENTES DE CAMILO, por *Luís Pastor de Macedo*
- INSCRIÇÕES DE FOROS E DE PROPRIEDADE NALGUMAS CASAS DE LISBOA — (1.ª série), por *J. M. Cordeiro de Sousa*
- HISTÓRIA DE UMA CASA POMBALINA, por *José de Campos e Sousa*
- 1.ª CONFERÊNCIA BIENAL DOS «AMIGOS DE LISBOA»
  - ALCAIDARIA DO CASTELO DE LISBOA, tese apresentada por *Norberto de Araújo*
  - O ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE E O CASTELO DE S. JORGE, tese apresentada por *Ferreira de Andrade*
  - COISAS QUE JÁ EXISTEM EM LISBOA:  
O CENTRO SOCIAL DA RUA DA BEMPOSTINHA, tese apresentada por *D. Adriana Rodrigues*.
- ACÇÃO CULTURAL DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» DURANTE O ANO DE 1946
- AMIGOS DE LISBOA, LISTA DOS SÓCIOS ENTRADOS NOS ANOS DE 1945 E 1946

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS

OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

---

---

Grupo  
AMIGOS DE LISBOA  
BIBLIOTECA



# ASCENDENTES DE CAMILO

por LUIZ PASTOR DE MACEDO

Do interesse por uma grande obra e pela vida do seu genial Autor, passa-se, sem darmos por isso, ao interesse pela vida dos seus antepassados. É dos livros. É próprio da curiosidade humana, neste caso disfarçada pela admiração votada ao Grande Homem, ao Génio. E como assim é, claro está que, do interesse pela obra e pela vida do nosso Camilo, passa-se muito naturalmente à investigação da sua ascendência, na ínfreme preocupação de descascar o melhor possível o tronco genealógico do Mestre, e ao mesmo tempo, como quem vai de caminho, aprofundando intenções, analisando vidas, considerando limpezas de sangue e de costumes, remexendo almas há muito desligadas da matéria pecadora...

Assim, depois da crítica e do estudo do copioso labor do insigne romancista, e entretanto, vieram ao soalheiro da letra redonda, prontinhas a sofrer os efeitos do escalpelo, as suas predilecções e as suas atitudes, as suas amarguras e as suas horas de alegria plena — se as teve — as suas paixões e as suas intimidades, por mais vulgares que à simples vista pudessem parecer, numa palavra — a sua vida observada de todos os ângulos. Um escritor público daquela grandeza não se pertence a si próprio. Deu-se à multidão. E a multidão, que pode ser composta por quatro pessoas ou por quatro milhões delas, toma conta dele e vai até onde pode ir. Depois, dissecando o cadáver, surge a fatal pergunta:

— E quem teria sido o pai do proprietário deste esqueleto? E a mãe? E os avós? E os bisavós? E os terceiros, os quintos, os nonos, os vigésimos oitavos avós? E vá então de desenrugar pergaminhos, de vasculhar habilitações para isto e para aquilo, de auscultar genealógicos, de revolver cartapácios de mercês, velhos livros paroquiais, etc.

Camilo é, com certeza, o escritor português de quem mais se tem escrito, não só sobre a sua obra e a sua vida, como também sobre a sua ascendência e até, já, sobre a sua descendência.

Com respeito aos seus antepassados, temos uma lista bastante desenvolvida de escritores e investigadores que deles se ocuparam: — Sanches de Baena, Alberto Pimentel, Pedro de Azevedo, dr. Ludovico de Meneses, Pinho Leal, Paulo Osório, António Ferreira de Serpa, Alberto Pimentel (Filho), dr. J. Rumina, D. Eduardo de Miranda,

dr. Durval Pires de Lima, dr. Mendes de Távora, etc., etc., para só citar os que de momento nos caem do bico da pena. Últimamente foi o sr. José de Campos e Sousa quem veio enriquecer a bibliografia sobre a genealogia do genial escritor, com o *Processo Genealógico de Camilo Castelo Branco*, estudo substancioso e sério, para o qual o seu Autor aproveitou o que de mais aproveitável havia já sido publicado, principalmente por Pedro de Azevedo e pelo dr. Ludovico de Meneses, e à compilação adicionou tudo quanto podia adicionar do produto das suas próprias pesquisas. Algumas inexactidões foram corrigidas; outras porém deixou que continuassem a correr sem obstáculo de monta; algumas lacunas desapareceram, mas outras deixou subsistir, o que, aliás, nada é de admirar, sempre que se trate de investigação histórica, seja em que ramo for. Deve no entanto esclarecer-se que, nem as inexactidões que notámos, nem as lacunas que se nos depararam, desapareceram destas as que pudessem desaparecer, e corrigidas aquelas, em nada se alteraria o *processo genealógico*, o que quer dizer que de somenos importância são para o fim que o Autor se propôs atingir.

Mas não há dúvida que foi da leitura deste estudo do sr. Campos e Sousa que estão nascendo estas páginas que vamos cobrindo de tinta, na intenção de dizermos alguma coisa que ainda se não disse, embora, valha a verdade, nunca tivéssemos pensado que algum dia teríamos de tratar deste assunto.

E, sem mais rodeios, entremos já na matéria.

Lê-se no *Processo Genealógico de Camilo Castelo Branco*:

1.º — «Domingos José [Correia Botelho] appareceu em Lisboa depois da Quaresma de 1767 — com o fim de se habilitar para a carreira da magistratura — indo residir na Rua da Atalaia, de onde saíu antes da Quaresma subsequente de 1768. Residiu na Rua das Mercês, da freguesia de N. S.ª da Ajuda, no ano de 1770. Em 1771 e 1772, morou na mesma freguesia, ignorando-se em que rua e em que casa» (1).

2.º — «Nasceu em Cascais [D. Rita Teresa Margarida Castelo Branco], por volta de 1751. Casou aos vinte anos». (2).

3.º — «Talvez no Paço Velho, onde nasceu seu filho Simão Botelho» (3).

Sobre estes três pontos é que vamos dizer o que sabemos.

---

(1) Pág. 127

(2) Pág. 128

(3) Pág. 127

## 1.º ponto:

O sr. dr. Ludovico de Meneses, nosso illustre amigo, no seu exaustivo trabalho *Camilo — Documentos e factos novos*, depois de se referir à curta estada do dr. Domingos José Correia Botelho, avô paterno do romancista, na rua da Atalaia, segundo notícia dada por Pedro de Azevedo nos *Antepassados de Camilo*, e depois de perguntar para onde se teria mudado, já dissera: — «Apenas se dá notícia da sua residência em 1770, na freguesia da Ajuda, morando do lado esquerdo da rua das Mercês, no único andar de uma casa que ali havia, pertencente a um tal Pascoal Álvares, cozinheiro da Regulação de El-Rei. Pagava de renda 12\$000 réis (*Livros de Arruamentos da Cidade*).

«E depois? — inquire o sr. dr. Ludovico de Meneses —. Outra vez se perde o rasto da sua passagem por Lisboa, sendo certo que nos dois anos subsequentes, 1771-1772, morou na mesma freguesia da Ajuda, como consta do seu assento de casamento, onde se diz que o nubente se desobrigou naquela freguesia pelas Quaresmas de 1770 e 1771, e também do assento de baptismo do seu primogénito José, que parece que morreu menino, em que se dá o neófito como na mesma nascido.

«Mas em que rua e em que casa desta freguesia habitou? É o que não se sabe». (1)

Alguma coisa podemos dizer.

Em 1770 — não há qualquer dúvida a esse respeito — o dr. Domingos José Correia Batelho morou na rua das Mercês, e até já averiguámos que em companhia do dr. António José Palha (1), assim como averiguámos também que nessa mesma casa morou em 1771 (1). Foi habitando aqui, podemos garanti-lo, que no dia 12 de Março ou 2 de Maio desse ano, teve conhecimento official da sua nomeação para ocupar o lugar de Juiz de Fora da vila de Cascais, cargo que havia de exercer durante poucos meses, mas cuja estada ali havia de ter uma grande importância para a sua vida.

Sim, foram poucos os meses em exercício — seis, o máximo. Aquela de puxar de uma faca para a sua futura cunhada, D. Francisca Juliana, já casada com o tenente José Joaquim de Proença e Silva, e aqueloutra de ordenar a prisão do padre António do Vale, capelão do regimento de Cascais, e de o mandar — disseram as más línguas — amarrado, num burro, para o Aljube de Lisboa, foram o diabo. Mas o

---

(1) Vol. II, pág. 177

(1) *Rois das desobrigas* da Freguesia da Ajuda.

pior foi ainda aquele caso do *Pifano* e do alcaide, segundo se vê do documento que o nosso muito prezado amigo dr. Durval Pires de Lima deu à publicidade em 1936 <sup>(1)</sup>. Esse caso, ocorrido na noite de 5 de Setembro de 1771, foi o que acabou de encher a medida aos moradores de Cascais e principalmente ao comandante do regimento aquartelado na vila, o qual participou o sucedido por tal forma, que originou uma devassa ao comportamento do alcaide, que em seguida foi preso, e ao do Juiz de Fora que, em 27 do mesmo mês de Setembro, foi suspenso e «mandado sair para fora de toda a sua jurisdição». (*Nota n.º 1*).

Apesar desta determinação, porém, parece que foi em Cascais que continuou a residir, e foi de lá, por coisas e loisas, e depois da conhecida *chantagezinha* — vai no deminutivo para suavizar — que usou para com os seus futuros sogros, que vem até à paroquial de Nossa Senhora da Ajuda casar com D. Rita Teresa Margarida Castelo Branco. Foi isto, como também já é sabido, no dia 30 de Outubro desse mesmo ano de 1771 (*Nota n.º 2*).

Diz Oscar Wilde, absurdamente, que o casamento é apenas uma questão de curiosidade; mas para o nosso Juiz de Fora de Cascais nem sequer foi isso. Dizia a sua sogra, que fora apenas um ponto de vista financeiro. Para ele, seu genro, o dinheiro valia muito mais do que a honra e a virtude...

Segundo nos é dado supor, o dr. Domingos José Correia Botelho, por alcunha o *Dr. Bexiga*, só voltaria para a freguesia da Ajuda depois da Páscoa de 1772. Pelo menos os *róis dos confessados* desse ano — e espiolhámo-los com toda a atenção — não o dão como freguês da paróquia, ao tempo da desobriga. Mas lá que ele e a sua Rita já lá estavam em 26 de Junho, isso é certo. No assento de baptismo do seu primeiro filho, nascido a 14 daquele mês (sete meses e meio depois do casamento), e lavrado naquela data (nota n.º 3), dá-se o casal como morador na freguesia da Ajuda. Desta vez, porém, é que também não sabemos em que rua. O registo de baptismo não o diz e os *róis das desobrigas* também não, circunstância esta que nos leva quase à certeza de que, baptizado o filho (deram-lhe o nome de José), emalaram em seguida a roupa e abalaram para Vila Real. Em Março ou Abril do seguinte ano, é certo não viverem já na freguesia da Ajuda.

E, já que até aqui chegámos, espiemos os passos dados pelo dr. Domingos José e sua mulher.

Em Vila Real, foram quatro, pelo menos, os rebentos do casal: — Ana Rita, Maria Violante, Rita (a tia Rita que depois havia de con-

(1) *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. XI, n.º 45 e 46.

tar histórias dos *Brocas* a Camilo) <sup>(1)</sup> e Manuel, este nascido a 17 de Agosto de 1778 e que veio a ser o pai do grande romancista.

Tem-se dito que os filhos do dr. Domingos José e de D. Rita foram seis, mas nós, porém, em face dos registos paroquiais e dos róis das desobrigas, uns e outros da freguesia da Ajuda, estamos em condições de poder garantir que, pelo menos, foram oito: — José, nascido ainda em Lisboa, como já se disse; os quatro nascidos em Vila Real e mais três que depois nasceram na freguesia da Ajuda, como adiante se dirá.

Cabe agora aqui dizer que, apenas casado, o avô de Camilo viu correr nos tribunais uma acção contra si e na qual ele era dado como burlão e caloteiro.

Foi por isto:

«Domingos Botelho — conta o sr. dr. Durval Pires de Lima no citado trabalho dos *Anais* — tinha em Vila Real um tio contratador de carnes, por nome Lourenço da Costa, que era casado com uma certa Ana Margarida Mourão. Viúva esta, e ficando abundantemente provida de cabedais, emprestou ao sobrinho, ainda estudante, várias quantias, que no fim somaram quinhentos e oito mil quatrocentos e sessenta réis.

«Mal provido de dinheiro o futuro *Doutor Beziga*, aproveitando-se do parentesco, começou a visitar a tia ricaça, que lhe adiantou o bastante para se formar. A tanta magnanimidade correspondeu o escolar prometendo-lhe casamento...

«Dinheiro, vestido e tudo o mais ia recebendo o futuro magistrado, que traduzia em cartas eróticas o seu amor e reconhecimento. A dama, dia a dia mais cativada... acedeu a certas instâncias do protegido amante, passando o caso a ser público e notório em Vila Real. Continuou o dinheiro a correr amorosamente, vindo o beneficiado pelo aumento, e luzido tratamento à custa da mesma viuva a fazer hum casamento útil na Villa de Cascaes.

«A mudança de estado do sobrinho abriu os olhos à infeliz namorada, que lhe exigiu, em processo, a paga dos dinheiros emprestados, apresentando, como peças de convicção, letras de câmbio e cartas do referido *Bacharel*, escritas de Coimbra, desta cidade [Lisboa], e de Cascaes, tôdas reconhecidas por Tabelião, em que o trato ilícito e as promessas de casamento eram ditas e reditas.

---

(1) *Romance do Romancista*, Alberto Pimentel, pág. 23, 1.ª col. e *Notas sobre o «Amor de Perdição»*, do mesmo autor.

«Contrariou o doutor, acusando a tia de meretriz pública, a quem pagara e de quem nunca recebera dinheiro, e denunciando-a à Justiça como ré de incesto, pois mantinha relações com um parente em 4.º grau, de quem tinha uma filha».

Não era necessário conhecer-se este facto tão pormenorizada-mente, para se ficar sabendo que o *homenzinho era de força*, mas se mais nada houvesse, ao longo da sua vida, de desprimoroso para o seu carácter, bastaria o caso agora narrado, para podermos traçar à vontade, tão pouco lisongeiramente, o seu retrato moral. Porém, como as coisas são o que são, e não, muitas vezes, o que deveriam ser, a tia viúva ficou sem o seu rico dinheirinho, e o maroto do sobrinho ficou, sem dúvida, com menos vergonha, porque foi absolvido.

Mas este processo, que levou a correr mais de dois anos, reteve o dr. Domingos José no Norte, e assim, só depois dele bem arrumado é que pôde pensar em abalar outra vez até Lisboa, para onde partiu, à procura de novo rumo, e quem sabe se de novo arrimo, no ano de 1776.

Sua mulher parece que não o acompanhou, e por isso temos de assentar que em fins do ano seguinte estaria outra vez o nosso *Doutor Bexiga* em Vila Real, de onde, pouco depois, já em 1778, voltou a Lisboa, para pedir a D. Maria I «a graça de uma colocação, sendo votado para Juiz de Fora de Aveiro», lugar que não chegou a ocupar, por ser provido por outro pretendente. Então requereu um dos lugares vagos da Guarda, Barcelos ou Montalegre, declarando que fizera actos grandes, que lera no Desembargo do Paço com «bons assentos» e que desempenhara o cargo de Juiz de Fora da Vila de Cascais — vejam isto — «com boa satisfação e limpeza, como consta da certidão!» Também declarava que havia dois anos estava em Lisboa, fazendo grandes despesas» (1).

Ora foi justamente no dia seguinte ao do nascimento do pai de Camilo, isto é, a 18 de Agosto de 1778, que o capitão José Pereira da Silva, sogro do dr. Domingos José Correia Botelho, expirou na sua casa da rua Direita, em Cascais. É o que reza o assento do seu óbito, por nós encontrado nos respectivos livros da freguesia de Nossa Senhora da Assunção, daquela vila (*Nota n.º 4*).

Daí a pouco tempo, a 11 de Dezembro, começou a correr o processo de partilhas, e pelos meados do ano seguinte, de Vila Real, para onde fôra, possivelmente depois de se certificar que o seu requerimento

---

(1) *Domingos Correia Botelho, pretendente*, por Durval Pires de Lima, em *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. cit.

não teria despacho favorável, vem o nosso *Doutor Bexiga* por aí abaixo, com ela bem fisgada, e de novo se instala em Lisboa ou em Cascais. Na freguesia da Ajuda é que com certeza não foi, e inclinamo-nos mais que fosse em Cascais, para assim poder estar em contacto permanente com o Juiz de Fora da vila, dr. José António dos Santos Franco, e com o advogado José dos Santos Rebelo, seus coniventes no assalto aos bens da sua sogra e dos seus cunhados, como desde há muito se sabe pelos documentos publicados no *Arquivo Histórico Português*, pelo infatigável investigador Pedro de Azevedo.

Mas D. Rita, sua mulher, não o acompanhara, e só mais tarde decidiu, ou ele consentiu, que viesse até à capital. Em Julho ou Agosto de 1782 já ela estava em Lisboa, e é muito possível que, com seu marido, fosse logo residir para uma casa do lado poente da calçada da Ajuda, casa onde vamos encontrar o casal em Março do ano seguinte e onde, no dia 13 desse mês lhe nasceu um filho, que foi baptizado com o nome de Diogo, em 31 do mesmo mês de Março de 1783, e que teve por padrinho o Conde de Cantanhede, com procuração passada ao sargento-mor Simão Martins, morador na mesma freguesia da Ajuda, e por madrinha Nossa Senhora da Boa Hora (*Nota n.º 5*). Este baptismo, assim como os dos outros filhos do dr. Domingos José, nascidos depois na mesma freguesia da Ajuda, foram celebrados, por incumbência do reitor da paróquia, padre Herculano Henriques Garcia Camilo Galhardo, neto daquele Estêvão Galharde, célebre ferrador que a Rainha da Grã-Bretanha, D. Catarina, mencionou no seu testamento, e que deu o seu nome, nos séculos XVIII e XIX ao troço da nossa rua de Serpa Pinto compreendido entre a rua Garrett e o largo Rafael Bordalo Pinheiro.

Pouco mais de um ano depois, D. Rita dá outro filho a seu marido. Foi baptizado em casa, em perigo de vida, por frei António de S. Pelágio, sacristão-mor do convento da Boa Hora, e recebeu os Santos Oleos no dia 2 de Maio de 1784. Puzeram-lhe o nome de Simão em honra de seu padrinho, o já nosso conhecido sargento-mor Simão Martins, que no apadrinhamento foi acompanhado por sua mulher D. Rita Joaquina Rosa (*nota n.º 6*). Este novo rebento, foi, como o leitor sabe, o *enamorado e infeliz* Simão Botelho do *Amor de Perdição*.

Em que rua e em que casa teria visto a luz do dia? Segundo uma hipótese de Artur Lamas teria sido no Paço Velho da Ajuda, mas nós podemos já dizer que não foi lá. Daqui a pouco diremos onde foi.

O processo de partilhas e outras acções judiciais postas pela sogra, continuavam a correr, e chegado o ano de 1787, em Abril, o Dr. Domingos José Correia Botelho faz o seguinte requerimento pedindo «breve termo ao letigio com a sogra»:

«Diz o Doutor Domingos José Correa Botelho que na cauza do Inventário, e partilhas do mesmo feyto por felecimento do Cappitam Jozé Pereyra da Sylva da Vila de Cascaes, e em que letiga com a Viuva e filho daquelle, sogra e cunhados do supplicante, contra quem alcançou sentenças da Suplicaçam que se achavam em execução no Juizo da dita Villa, aggravou o supplicante do Juiz de fora dela sôbre materia de salarios, que se lhe pedião injustamente, subindo os autos com as ditas sentenças incertas a hua das Correyções do civil ahy foi o supplicante desaggravado, declarandose os mesmos salarios incompetentes e bayxando os autos ao Cumprase, lhe não pos o mesmo Ministro, antes representou a Vossa Magestade pela Secretaria do Estado dos Negocios do Reyno o que lhe pareceo sobre a materia, cuja conta foi remetida a esta respeitavel Meza, que a mandou informar, pelo Dezebargador Francisco Roberto da Silva Ferrão, o qual puxou a si os ditos autos para expedir a deligencia, e porque a demorava, e nisso tinha o supplicante consideravel prejuizo, por se lhe retardar a execução, Requereo a Vossa Magestade provesse de remedio, e foi servida mandar que o Ministro informante desembarassasse aquelles papeis com brevidade, o que elle promptamente executou, fazendo-os logo remeter ao Juizo inferido com o despacho incerto neles a fl. 87 v. sendo ahi levados os não quiz aceytar o Juiz de fora respondendo ao Escrivam da Remessa, o que lê na carta a fl. 88, e tornando-se lhe a remeter respondeo nos autos o que se mais se lê a fl. 89, e nestes termos se achava o negocio, quando appareceo hua ordem de Vossa Magestade, expedida por este respeitavel Tribunal para a ele virem os autos e ditas sentenças ignorando o supplicante a requerimento de quem, porque sendo aquella passada a 30 de Março nunca pessoa alguma falou na remessa deles, e só o supplicante tractou de preparar para ela, a fim de reunir a Vexação que se lhe cauza, demorando se lhes a execução sem pretexto juridico, contra a formalidade da Lei e porque as mesmas Sentenças já se achão em poder do Secretario competente Antonio Leyte Pereyra P. a Vossa Magestade se digne mandar juntar esta nos autos e sentenças de que se trata, e fazendo neles as averiguações que se entenderem justas, fazelas expedir sem perda de tempo para o juizo inferior, considerados os prejuizos, que se seguem ao supplicante que se acha nesta Corte ha 7 anos para dezebargaçar a execução das mesmas sentenças. Domingos José Correia Botelho. E. R. M.».

Deste requerimento tem-se inferido que o dr. Domingos José Correia Botelho teria abandonado então a capital e de novo teria voltado para Vila Real, mas a verdade é que o nosso litigante não abandonou o posto e que aqui se conservou ainda durante alguns anos.

Em 1785 sabemos que continuava morando na calçada da Ajuda e não podemos garantir se ainda lá morava no ano seguinte porque falta o livro das desobrigas desse ano. Mas sabemos que em 1787 habitava uma casa na rua da Paz, da mesma freguesia da Ajuda, casa que se erguia do lado poente da rua e na qual esteve até 1794, ano em que além do chefe da família e de sua mulher, são mencionadas nos rois suas filhas Maria Violante e Ana Rita e seu filho Manuel Joaquim, que foi, como se sabe, o pai de Camilo.

Viviam portanto nesta casa, e lá o diz a respectiva escritura, quando em 13 de Dezembro de 1791, o padre José Joaquim de Seixas Botelho fez, a favor do citado Manuel Joaquim a transferência de propriedade de determinados bens, e aqui viviam quando ao casal lhe nasceu a sua última filha, facto ocorrido a 8 de Março de 1792. O baptismo effectuou-se a 16 de Abril do mesmo ano e foi padrinho o padre António José Pereira de Brito, prior da freguesia de S. Pedro, de Vila Real, por seu procurador o mesmo sargento-mor Simão Martins, e madrinha Maria Madalena Angélica, também moradora em Vila Real, por seu procurador frei José dos Remédios, agostinho descalço. (Nota n.º 7).

A menina, que recebeu o nome de Luiza, viveu porém pouco tempo, vindo a falecer na mesma casa da rua da Paz no dia 15 de Junho do ano seguinte. Foi sepultada na antiga paroquial da Ajuda. (Nota n.º 8).

Depois da Páscoa de 1794 é que nos parece que o avô de Camilo teria abalado para Vila Real onde se sabe que estava em 1799 e de onde, nesse mesmo ano, teria vindo até Lisboa «fazer a sua oppoziçam e outras dependencias, demandas, e negocios que nella tem» (1). Em 1802 é despachado Juiz de Fora para Vizeu e desde então, segundo parece, nunca mais voltou à capital.

Aí fica tudo o que sabemos das estadas, em Lisboa, do dr. Domingos José Correia Botelho, o que aliás, não sendo coisa por aí além, mais alguma coisa é de quanto até agora se sabia.



## 2.º ponto:

«Nasceu em Cascais [D. Rita Teresa Margarida Castelo Branco, depois casada com o dr. Domingos José Correia Botelho] por volta de 1751. Casou aos vinte anos».

---

(1) *Os Antepassados de Camilo*, Pedro de Azevedo, em *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, pág. 7.

Ora a avó paterna de Camilo nem nasceu em 1751, nem casou com vinte anos, como daqui a nada se verá.

Domingos Pereira, ou Domingos Pereira da Silva, natural de S. Roque da ilha do Pico, viera para Cascais com nove anos de idade, aí, talvez, entre 1670 e 1680, e, abraçando a carreira de marítimo foi mestre de caravelas para as Ilhas e para os Brasis, passando por fim a capitão de navios <sup>(1)</sup>.

Foi este picoense filho de Gregório Pereira e de sua mulher Águeda Dias <sup>(2)</sup> e casou, na igreja matriz de Nossa Senhora da Assunção, da vila de Cascais, em 1 de Julho de 1694, com Francisca dos Anjos, filha de Manuel Jorge e de sua mulher Maria Francisca, e natural da mesma freguesia de Nossa Senhora da Assunção (*Nota n.º 9*).

Os filhos que o casal teve não sabemos quantos foram, mas sabemos que, no dia 13 de Março de 1701, foi baptizado um com o nome de José, o qual teve a apadrinhá-lo seu tio José Francisco, provavelmente irmão da mãe (*Nota n.º 10*).

Este José adoptou oficialmente o nome de José Pereira da Silva, e casou em Porto de Mós, pouco depois de 1730, segundo nos é dado supor, com D. Teresa Inácia de Castelo Branco, natural de Lisboa, da freguesia de Santos, filha de Diogo Luís de Mesquita Castelo Branco e de sua mulher, D. Isabel de Matos, criados graves dos Condes de Aveiras.

Que saibamos, tiveram um filho e três filhas, e foram eles:

Francisco, nascido a 27 de Dezembro de 1734, baptizado em 13 de Janeiro do ano seguinte, e apadrinhado neste acto pelo beneficiado Manuel Soares da Costa e por D. Joana Rosa da Silva (*Nota n.º 11*). Foi bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra e cavaleiro da Ordem de Cristo;

Ana Joaquina, nascida a 20 de Junho de 1744 e baptizada a 25 do mesmo mês, tendo sido apadrinhada pelo dr. Manuel de Oliveira Pinto e por D. Joana Rosa da Silva, com procuração passada a Francisco Pereira da Silva, irmão da baptizada, citado acima (*Nota n.º 12*);

Rita Teresa, que foi baptizada em casa de seus pais pela parteira e que recebeu os Santos Óleos no dia 10 de Janeiro de 1748, acto que foi apadrinhado pelos já nossos conhecidos dr. Manuel de Oliveira Pinto e D. Joana Rosa da Silva, esta representada pelo seu procurador Anastácio Joaquim (*Nota n.º 13*).

<sup>(1)</sup> *Os Antepassados de Camilo*, vol. V, pág. 188.

<sup>(2)</sup> Foi filha de João Dias Rica e de outra Águeda Dias ou Águeda Ferreira, e seu marido de Jerónimo Dias Pereira e de Margarida Gonçalves — *Camilo Castelo Branco no Parlamento de 1885 e a sua descendência picoense*, António Ferreira de Serpa, pág. 24 — Lx.º 1926,

Chegámos aonde queríamos chegar, vendo-se pelo assento de baptismo a que acabamos de fazer referência e que nas notas finais vai integralmente transcrito, que esta Rita, que foi a avó paterna de Camilo Castelo Branco, não nasceu em 1751 e não casou portanto com vinte anos, mas sim com vinte e quatro, ou faltando-lhe pouco para os completar. Devemos no entanto dizer que a afirmação errada do sr. Campos e Sousa foi devida a uma simples confusão, visto o referido registo de baptismo ter sido já reproduzido pelo sr. dr. Ludovico de Meneses, no seu estudo já citado (1). E a confusão nasceu da circunstância de D. Teresa Inácia de Castelo Branco, mãe de D. Rita, ter declarado que esta era menor de vinte anos quando seu futuro genro «por via de hua Escrava, que corrompeo, se introduziu fora de horas na caza da supplicante deshonestando a dita sua filha».

Isto foi dito em 1781 e está arquivado numa das peças do processo instaurado para partilhas, por morte do sogro do dr. Domingos José Correia Botelho, mas do que não resta dúvida é de que D. Teresa Inácia fugia, consciente ou inconscientemente, à verdade. A donzelinha menor de vinte anos tinha afinal vinte e quatro, e por isso, a par do desgosto, a aflicção de seus pais e a resolução de dotarem a filha «deshonestada» com as suas terças, conforme vem estampado na documentação trazida a público por Pedro de Azevedo. O que era necessário era casá-la, e o sedutor, parece, mostrava-se um pouco indeciso...

E já que estamos aqui, digamos mais o que sabemos e precisemos melhor o que já se sabe.

Depois da Rita outra menina tiveram José Pereira da Silva e sua mulher D. Teresa Inácia. Esta nasceu a 25 de Outubro de 1750 e foi baptizada com o nome de Francisca Juliana, no dia 9 de Novembro do mesmo ano, tendo por padrinhos os mesmos de sua irmã (*Nota n.º 14*).

Das três filhas de José Pereira da Silva, que foi capitão do regimento da praça de Cascais, a que casou primeiro foi a mais nova, justamente esta de que acabamos de falar. Foi seu marido o alferes do mesmo regimento de Cascais, José Joaquim Proença da Silva, natural das Caldas da Rainha, já viúvo de D. Mariana Joaquina Rosa de Castelo Branco e filho do capitão de mar e guerra e fidalgo da Casa Real, Filipe Francisco de Proença e Silva, natural da Covilhã, e de sua mulher D. Camília do Couto do Espírito Santo, já falecida ao tempo do casamento da filha e natural de Goa. O casamento efectuou-se no dia 4 de Janeiro de 1766, no oratório das casas do pai da noiva, e assistiram

---

(1) Vol. I, pág. 174.

como testemunhas D. Luís de Almeida, Marquês do Lavradio, e o desembargador Inácio Ferreira Souto, que na ocasião exercia o cargo de Intendente Geral das Polícias (*Nota n.º 15*).

Reparou o leitor no apelido daquela D. Mariana Joaquina Rosa de Castelo Branco, primeira mulher do tenente Proença e Silva? Pois nós reparámos e o apelido usado por aquela senhora levou-nos a admitir a hipótese de que ela também fosse filha do capitão José Pereira da Silva e de sua mulher. São muitos os casos de viúvos casarem com cunhadas. Mas a hipótese teve de ser posta de parte. Nos livros paroquiais de Nossa Senhora da Assunção, de Cascais, não há rastro daquela senhora. Nem ali foi baptizada, nem ali casou, nem ali faleceu.

Das outras filhas do capitão Pereira da Silva, a que casou a seguir foi D. Rita Teresa, a avó de Camilo, casamento que, como já se disse, se efectuou no dia 30 de Outubro de 1771. A última a casar foi portanto D. Ana Joaquina Gertrudes Castelo Branco, que escolheu para marido o bacharel José Correia Botelho de Meneses, irmão do dr. Domingos José, ou seja o cunhado de sua irmã Rita. Temos assim dois irmãos casados com duas irmãs. O casamento foi celebrado na paróquia da Ajuda, no dia 9 de Dezembro de 1771 e do acto foram testemunhas o padre José Pereira e um tal Inácio António. Os contraentes são dados como moradores em Cascais, na citada freguesia de Nossa Senhora da Assunção (*Nota n.º 16*).

Foi de D. Ana Joaquina Gertrudes, segundo se deve supor, que José Correia Botelho de Meneses, falecido poucos anos depois de casado, teve um filho — José Correia Botelho — o qual vemos mencionado no testamento de seu avô, Manuel Correia Botelho, feito no ano 1800 <sup>(1)</sup>. D. Ana foi casada em segundas núpcias, segundo parece, com Francisco Mendes dos Santos <sup>(2)</sup>.

(*Continua*)

---

(1) *Camilo*, dr. Ludovico de Meneses, vol. II, pág. 163.

(2) *Os Antepassados de Camilo*, P. de Azevedo. vol. V do *Arquivo*, pág. 187.



Este prédio da Rua Garrett, um dos mais notáveis do antigo Chiado, em cujo segundo andar os «Amigos de Lisboa» tem a sua séde, paredes meias do imóvel dos Ferreiras Solas onde morou o Marquês de Niza e onde hoje se alberga (e desde 1891) o «Turf Club» e a Pastelaria Marques, pertence actualmente ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Carlos Octávio de Almeida. Esta gravura que o representa, saída no velho jornal alfacinha «A Semana», mostra o seu antigo aspecto, vendo-se sob a taboleta do grande alfaiate Jung, que ocupou o 1.º andar desde 1840 a 1851, as portas do célebre «Marrare do Polimento», assim chamado pela «jeunesse dorée» do meado do século passado, pelo envernizado impecável das madeiras da guar-nição. Aí esteve António Marrare desde 1820; depois passou a seu sobrinho José Marrare em 1840, e, por morte deste, ficou com ele Matias Ferrari. Do nosso tempo é, no mesmo local, o estabelecimento de Chapeleiro de Augusto Ribeiro e, a seguir o Café Chiado. No histórico Café de António Marrare onde havia um Gabinete para Senhoras, inaugurado em 1844, e um largo espelho, ali posto depois, estreou-se a luz do Gás em 1848, antes que o Rossio e o Teatro de S. Carlos fossem dotados de tal melhoramento. Do prédio da nossa séde sempre habitado por gente de cotação, o Marrare foi, sem dúvida, o inquilino mais notável. Boa razão tinham os passeantes que se vêem na gravura para se demorar às suas portas.

# INSCRIÇÕES DE FOROS E DE PROPRIEDADE NALGUMAS CASAS DE LISBOA

— 1.º SERIE —

por J. M. CORDEIRO DE SOUSA

Quando, há anos, publiquei as *Inscrições Portuguesas de Lisboa*, volume editado pela Academia Portuguesa da História, algumas pessoas estranharam que me tivesse limitado a reproduzir os dizeres das lápidas, sem lhes fazer qualquer comentário histórico ou paleográfico, mas não viram que as, embora ligeiras, referências bibliográficas acompanhando cada uma eram a indicação de que a leitura feita desses 798 documentos lapidares que o tempo e os homens — mais os homens do que o tempo — vão fazendo desaparecer, representava uma desinteressada recolha de material para que, mais tarde, outros pudessem aproveitar.

E agora, pressentindo que já não deve andar longe a que «c'o um pérfido sorriso a fouce afia», como disse Garrett, deixo nas páginas sempre acolhedoras da «Olisipo» a cópia destas breves epígrafes lisboenses de fóro e propriedade, reunidas sem qualquer preocupação de ordem, à medida que as vou encontrando nos cadernos onde as apontara, para que a colheita preste um dia a alheias investigações cidadinas.

## ÁGUA DE FLOR (Travessa da)

- 1 Sam for.<sup>as</sup> / a baz.<sup>a</sup> de S. / M.<sup>a</sup> n.º de 106

## ALEGRIA (Rua da)

- 2 S. Mamede / fóro / à exm.<sup>a</sup> caza / de Penalva
- 3 F. a. S. / Mamede / n. 6 / 1721
- 4 B.<sup>a</sup> S. M.<sup>a</sup> / n. 1102 / m 76
- 5 B S M / n 110 2 v
- 6 Igreja / de S / Mamede
- 7 F.º a b. S. M. / 1775
- 8 I. S. M.

**ALMADA (Rua do)**

9 . See.

**AMENDOEIRA (Rua da)**

10 F / S Jvsta

**AMOREIRAS (Rua das)**

11 ✠ / Campolide / foro 41

**ARCO ESCURO**12 Da irm<sup>de</sup> do S<sup>no</sup> / da basilica / de S. M. desta cid<sup>de</sup> /  
anno de 1763**ARIEIRO**

13 C d'Almada / quinta / dos Lagares / d'el-Rei

**ARROCHELA (Travessa da)**

14 F / Santos / 1850

**ATALAIA (Rua da)**15 S.<sup>ta</sup> M.<sup>a</sup> / n.º 633

16 See / n.º 632

17 F / a / 1 a f.

**BARROCA (Rua da)**

18 See

19 S M.<sup>a</sup> / n.º 635

20 B. / S. M. M. / n.º 560

**BICA DE DUARTE BELO**

21 See

**BOA-HORA (Travessa da)**

22 See

**BORJA (Rua do)**

23 Fº / a patriar / cal 1804

**CABRAL (Travessa do)**

24 F a f n / 1840

25 See n.º 867. uº

**CAMPOLIDE (Rua de)**26 [For]eiras a Sabão / [Io]zeph Carvalho / Me<sup>1º</sup> anno / ...**CARDAL DE S. JOSÉ (Rua do)**27 Do SS<sup>mo</sup> / da Mg<sup>da</sup>**CARNIDE**28 Odivela<sup>s</sup>**CARRIÃO (Rua do)**29 Do SS<sup>mo</sup> / da Mag<sup>da</sup>**CASTELO PICÃO (Rua do)**30 Cazas do esp /ital da vener<sup>a</sup> /vel ordem te<sup>a</sup> / de N Sr<sup>a</sup>  
do M /onte do Car /mo**COLÉGIO (Calçada Nova do)**

31 F. ao cde / de S. Tgo

**CONCEIÇÃO DA GLÓRIA (Rua da)**

32 S. João / da Parsa

33 Nº 25 / b<sup>a</sup> d<sup>e</sup> S<sup>a</sup> M<sup>a</sup> / 1809

**CONDE DE SOURE (Travessa do)**

34 F. / c. d. e. S. / 1822

**CONVENTO DA ENCARNAÇÃO (Largo do)**

35 F / Menezes

**CONVENTO DA ENCARNAÇÃO (Rua do)**36 F. / a S. Seb<sup>am</sup> / de S. C.<sup>na</sup>  
37 Menezes**CORPO SANTO (Rua do)**38 B.<sup>a</sup> S. M.<sup>a</sup> / n.º 312**CRUZ DA CARREIRA (Rua da)**39 Cong<sup>am</sup> / da / Missão**D. PEDRO V (Rua de)**40 Subemphiteu / ticacao n.º UI / baz<sup>a</sup> de S<sup>ta</sup> M.<sup>s</sup>  
41 Subemph. n.ºs 35 e 36 / do / prazo n.º 1114 for. a / baz.  
patr. de / S. Maria. / anno de 1749**ESCOLAS GERAIS (Rua das)**

42 F. a hospit.

**ESPERA (Travessa da)**43 B.<sup>a</sup> d.<sup>s</sup> M.<sup>a</sup> / n.º 516**ESPÍRITO SANTO (Bêco do)**44 Da irm<sup>de</sup> do Spi / rito S<sup>to</sup> dos pes / cadores Dal<sup>ma</sup>**ESTRELA (Rua d<sup>ã</sup>)**

45 F. / a. Barboza / Lima.

**FARINHAS (Bêco das)**

46 .S. Xpvaõ

**FARINHAS (Rua das)**

47 Foreiro / r c d S / Ioanna

48 S Mame / de

49 S m d.º

50 Sam Vecête

51 F. / Salvador

**FÉ (Rua da)**52 Do SS<sup>mo</sup> / da Mag<sup>da</sup>**FIÉIS-DE-DEUS (Rua dos)**

53 Mello

**FIÉIS-DE-DEUS (Travessa dos)**

54 B de S M nº / 539

55 Estas cazas[s] / ao da cogr[e] / gacam de N S / da  
Dovtrin / a de S Roqve**FONTAÍNHAS (Travessa das)**

56 F / aos clérigos / da Charidade

**FORMOSA (Rua)**57 F<sup>ra</sup> ao c / de Oeiras

58 F. c. d. s. / 1825

59 F. / c. d. s. / 1827

60 F. / c. s. / 1840

**FORNO (Travessa do)**61 Do SS.<sup>mo</sup> / da Mag.<sup>da</sup>**GLÓRIA (Rua da)**62 Ba S.<sup>a</sup> M<sup>a</sup> / n.º 1114 vº / 1734

**GRAÇA (Calçada da)**

- 63 Aqvi chega / o adro da Graça

**GRAÇA (Rua da)**

- 64 S. Vte. d. For  
65 Prazo, de / Bvlhonins / foreiras a X / elas  
66 Prazo de Bv / lhois foreiras / a Xelas

**IMPrensa NACIONAL (Rua da)**

- 67 Foreiras / c. r. n.

**JANELAS VERDES (Rua das)**

- 68 Este convento de S. Alberto he das / freiras descalcas  
de N. S. do Carmo

**JARDIM DA ESTRELA (Rua do)**

- 69 N.º 9 / foreiro / a S.º / Inofre / 1802

**LARANJEIRAS (Estrada das)**

- 70 Quintela

**LINHAS DE TÔRRES (Alameda das)**

- 71 Dova por carid<sup>e</sup> / em q.º qvizer co / mo do protesto /  
feito no civel / da cid.º. escriptaõ / M.º¹ Gomes da S.ª /  
a. d. j789. (*Desaparecida recentemente*).

**LOUREIRO (Bêco do)**

- 72 F / Salvador  
73 .F. / Salvador

**LOUREIRO (Rua do)**

- 74 F. a. S. / Estevão

**MADALENA (Travessa da)**

- 75 F a Sª / Ivstª

**MÃE-DE-ÁGUA (Rua da)**

- 76 A / fr a S / Mamede / ano de 1767  
 77 F / a igr<sup>a</sup> de S. / Mamede / 1771

**MARQUÊS DE ABRANTES (Calçada do)**

- 78 Fr.<sup>a</sup> / ao ill.<sup>mo</sup> ex.<sup>mo</sup> snr. / conde de Villa Nova / anno de / 1767

**MARTIM VAZ (Rua de)**

- 79 Menezes

**MASTRO (Largo do)**

- 80 Da congrega / cam de N. S.<sup>ra</sup> da Doutrina / de Lx.<sup>a</sup> anno / de 1749

**MASTROS (Rua dos)**

- 81 A v d

**MOIRARIA (Rua da)**

- 82 Estas cazas. são / da irmandade / do SS da fregve / zia de N. S. do Ssa / qvoro — 1674

**OLARIAS (Largo das)**

- 83 Esta ermida he da ir / mand. do S. J. da Boa Sor / te e Via Sacra a. de 1758

**OLIVAL (Rua do)**

- 84 F.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> / n.º 1087 / 1 a  
 85 F. a V. F.  
 86 Foreiro / a / d. Carlota Augusta Ferreira

**OLIVEIRA (Rua da)**

- 87 Trindade  
 88 Anno / de / 1650

**OLIVEIRINHA (Rua da)**

- 89 S. A<sup>to</sup> da Oliur<sup>a</sup>  
90 S. Thome  
91 S. T.

**PADARIA (Rua da)**

- 92 Do SS<sup>mo</sup> / da Mag.<sup>da</sup>

**PALMEIRA (Travessa da)**

- 93 B.<sup>z</sup> d S.<sup>t</sup> M. / p. s bal.<sup>to</sup> ao- / d. n.º 20, d<sup>os</sup> ap- / r<sup>o</sup> stm.<sup>\*\*</sup>  
1830

**PAMPULHA (Calçada da)**

- 94 Da cõgreg<sup>am</sup> do S<sup>or</sup> / Ihs. dos Perdoe = / s e S C.<sup>na</sup> sita  
na / igr.<sup>a</sup> da Mag.<sup>da</sup> / anno de 1721

**PARREIRAS (Travessa das)**

- 95 F<sup>o</sup> ra<sup>s</sup> aos / pe<sup>s</sup> do A / ratr.<sup>o</sup>  
96 Congr<sup>am</sup> / do / Orator<sup>o</sup> / n<sup>o</sup> 21

**PATRIARCAL (Calçada da)**

- 97 M c m

**PATROCÍNIO (Rua do)**

- 98 F / S Onofre / 1791  
99 Fr. a S. Ono / fre  
100 N 56 / fr ao m...<sup>de</sup> / S Onofre / 1788

**PAZ (Travessa da)**

- 101 B.<sup>a</sup> S.<sup>ta</sup> M.<sup>a</sup> pra / zo de svbin / fetev / asão / n<sup>o</sup>  
MXXXV / MDCCLXXXVI  
102 B.<sup>a</sup> S.<sup>ta</sup> M.<sup>a</sup> / n.º 1035 / 1781  
103 B.<sup>a</sup> S.<sup>ta</sup> M.<sup>a</sup> / n.º 1035

**POÇO DOS NEGROS (Rua do)**

104 A vdi / velas.

**PORTAS DE SANTO ANTÃO (Rua das)**

105 1827 / f. a b. de / S. Maria / n.º 233 c 233 v

**PORTUGUESA (Travessa da)**

106 See

107 B / S. M<sup>a</sup> / n.º 271**PRETAS (Rua das)**108 Do SS<sup>mo</sup> Sacram<sup>to</sup> / de S. Juliaõ  
109 Carmo**PRIOR COUTINHO (Rua do)**110 Fr.<sup>as</sup> aos / p.<sup>es</sup> do A / ratr<sup>o</sup> n.º 4**QUEIMADA (Travessa da)**

111 Basilica / de S Maria / n / 468...

**RECOLHIMENTO (Rua do)**

112 Santa / Crvs

113 Santiago

**REGUEIRA (Rua da)**114 Esta. fren / te. pert.<sup>e</sup> a d.<sup>a</sup> / irmd.<sup>e</sup>

115 Foro a San- / tiago=

**REMOLARES (Rua dos)**116 Da irm.<sup>de</sup> do S<sup>mo</sup> / da basilica / de S.<sup>ta</sup> M.<sup>a</sup> desta cid.<sup>e</sup> /  
anno de 1769**RIO DE JANEIRO (Praça do)**

117 Igreja / de S. Mamede / ãno de 1757

118 Igriiia / de S. Mame / de 1772

**ROSA (Rua da)**

- 119 Andrada / f 1600 rs  
120 Mello

**ROSENDO (Bêco do)**

- 121 Baz.<sup>a</sup> de S.<sup>ta</sup> / M.<sup>a</sup> f. a ob / ra n.º 11

**SACAVÉM (Estrada de)**

- 122 F.º ao ill.<sup>mo</sup> sñr / Antonio de Aze- / vedo Coutinho / .1812.

**SALGADEIRAS (Travessa das)**

- 123 Da congrega / cam de N S.<sup>ra</sup> / da Doutrina / de Lx.<sup>a</sup>  
anno / de 1759

**SALVADOR (Largo do)**

- 124 F. e 600 r/ cada anno a i= / rm.<sup>de</sup> do SS.<sup>mo</sup> / da freg.<sup>a</sup> de  
N.º S.<sup>ra</sup> do Socorro

**SANTA ANA (Calçada de)**

- 125 Menezes / 1845 / j e s  
126 Menezes  
127 Me / nezes

**SANTA ANA (Travessa de)**

- 128 Me= / nezes

**SANTA APOLÓNIA (Rua de)**

- 129 Do S.<sup>mo</sup> / Santos

**SANTA MARINHA (Rua de)**

- 130 See / cad.<sup>ra</sup> de Mafra

**SANTA MARTA (Rua de)**

- 131 Do SS.<sup>mo</sup> / da Mag.<sup>da</sup>

**SANTO ANDRÉ (Calçada de)**

- 132 Fo<sup>r</sup> a ob / ra da b / azilica / Santa M / aria  
 133 Estas cazas saõ / da congreoa.<sup>m</sup> de= / N. S.<sup>ra</sup> da Dov-  
 tirna / cita na caza profe / ssa de S Roque da / comp.<sup>a</sup>  
 de Jesus / desta cid.<sup>o</sup> de Lx.<sup>a</sup> / occ.<sup>ai</sup> anno / de 1733

**SANTO ANTÓNIO DA GLÓRIA (Rua de)**

- 134 B. S. M. / n.<sup>o</sup> 17...4 / ano 1767  
 135 F. / S. I. / da Pr.<sup>a</sup>

**SANTO ESTÊVÃO (Rua de)**

- 136 .F. / a irmd.<sup>e</sup> do: / Sp<sup>to</sup> S<sup>to</sup> de Alf<sup>a</sup>

**S. BENTO (Rua de)**

- 137 Baz.<sup>a</sup> St.<sup>a</sup> / M.<sup>a</sup> n. 1091 / s. b. n 17

**S. CRISTÓVÃO (Rua de)**

- 138 S. Chris / tovão / 1823

**S. JOÃO DA PRAÇA (Calçada de)**

- 139 F a S / P<sup>o</sup> de Al / cantra

**S. JORGE (Castelo de)**

- 140 Do SS<sup>mo</sup> / da Mag<sup>d</sup>

**S. JOSÉ (Rua de)**

- 141 F. ao / conv.<sup>to</sup> / de S. I.  
 142 Do SS<sup>mo</sup> / da Mag<sup>da</sup>

**S. ROQUE (Rua de)**

- 143 Aqvi chega / o adro do Lo / [r]eto [c]om to / da a lar-  
 gvra / da rva

**SARAIVA DE CARVALHO (Rua de)**

144 F. / a. Barboza / Lima.

**SOL AO RATO (Rua do)**

145 ✠ / Campolide / foro n.º 25

**TAIPAS (Rua das)**

146 F.º a. S. / Ioaõ / da Prasa / anº de 1771

147 N do prazo / princal n 1114 / de 1774

148 B S M / subenph 27 / do p. nº 1114

149 B. z.ª S.ª / Maria / nº 1114

**TAPADA (Calçada da)**150 Estas cazas sa / õ da congrega.<sup>m</sup> / de N. S.ª dos A- /  
gonizantes / e Boa Morte / cita na caza / de S. Roqve /  
1727**TEJOLO (Pátio do)**

151 F / c d s / 1828

**TERREIRO DE SANTA CATARINA (Travessa do)**

152 Odivellas

153 Forº ao / mostro / Dodive<sup>las</sup>**TOREL (Travessa do)**

154 F / Odivellas

**VIGÁRIO (Rua do)**155 Da congrega= / ção de N. S.ª / da Doutrina / de Lix.ª  
anno= / de 1739**24 DE JULHO (Avenida)**

156 Caes / de / Ioze Antonio / Pereira

# HISTÓRIA DE UMA CASA POMBALINA

Por JOSÉ DE CAMPOS E SOUSA

(Conclusão)

José Augusto de Campos Sousa fez *Testamento* a 10 de Julho de 1909. Nele declarou que avaliara o Prédio no seu último balanço em 44.260\$00 reis, quantia que figurara na referida *Sentença Cível de Formal de Partilhas* passada a seu favor.

Por falecimento de José Augusto, ocorrido a 15 de Dezembro de 1910, ficou com o Prédio, em partilhas, pelo mesmo valor, na qualidade de tercenário, seu filho e testamenteiro, Augusto Cesário de Campos Sousa.

Consta da *Carta de sentença Cível de formal de partilhas (...)* com relação aos bens que ao coherdeiro Augusto Cesario de Campos Souza, pertenceram no inventario de maiores a que se procedeu por fallecimento de seu pae José Augusto de Campos Souza (...), de 24 de Novembro de 1911, que a renda anual do Prédio era de 2.200\$000 reis, aproximadamente, o que multiplicado por vinte prefazia a soma de 44 contos de reis. Abatendo-se para obras de conservação a quantia de 10 contos de réis, o valor da Casa ficou sendo de 34 contos de réis.

O *Registo de Transmissão* a favor de Augusto C. de Campos Sousa foi lavrado a fols. 22 v. do Livro G 22 e tem a cota: 1911-Dezembro-7-1-N.º 16.893; o respectivo *Certificado* foi passado, naquela data, por Pedro Amâncio da Silva, Conservador Ajudante do Registo Predial na Segunda Conservatória de Lisboa.

O valor matricial do Prédio em 31 de Dezembro de 1937 era de 2.298.600\$00.

Augusto de Campos Sousa, amador de arte antiga, heraldista, e autor do *Livro de Brazoens copiados de varias peças de loiça armoriada* (exemplar único, com 125 iluminuras originais, Lisboa, 1938), foi colaborador literário da *Revista de Ex-Libris Portuguezes* e colaborador artístico da revista *Ceramica Brazonada*, uma e outra dirigidas pelo Conde de Castro e Sola. Morreu, em sua Casa, a 10 de Dezembro de 1942, ficando então senhores do Prédio os actuais proprietários,

D. Amélia Magna Loureiro de Macedo (Cabeça de Casal) e José Augusto de Macedo de Campos e Sousa, respectivamente viúva meeira e filho e único herdeiro do falecido.

D. Amélia nasceu na Quinta da Tôrre de St.º António, Freguesia de Sant'Iago de Torres Novas, a 13 de Setembro de 1879, sendo filha do General Alfredo de Antas de Macedo e de sua mulher D. Capitolina Maria de Almeida Loureiro, Comendadeira de Santos.

Seu filho, José de Campos e Sousa, nasceu em Lisboa a 3 de Junho de 1907, e casou, a 9 de Junho de 1941, com D. Maria de Lourdes de Medeiros Coelho Mourão, da Casa das Quartas, em Abambres, filha de João de Barros Botelho Coelho Mourão, Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra e agricultor, e de sua mulher e prima co-irmã D. Maria (Manuela) de Medeiros, havendo três filhas do matrimónio (22.<sup>as</sup> netas maternas do antigo Senhor do Bairro, o genovez *Micer* Manuel Pessanha, 1.º Almirante do Reino em sua Família):

D. Maria do Carmo Mourão de Campos e Sousa, que nasceu em Lisboa a 30 de Julho de 1942;

D. Maria Manuela de Medeiros de Campos e Sousa, que nasceu em Lisboa a 2 de Setembro de 1943;

D. Amélia Maria Coelho de Macedo e Campos, que nasceu em Vila Real de Trás-os-Montes a 21 de Julho de 1945.

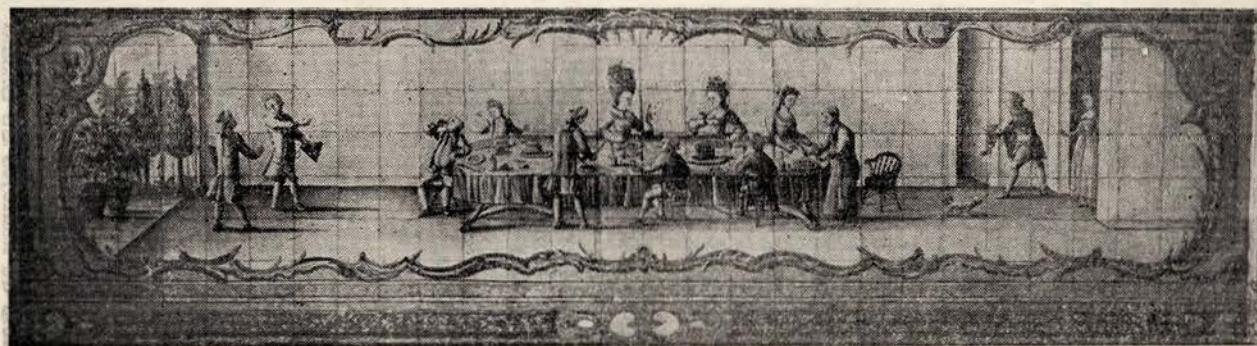
Para terminar tão longo parágrafo resta dizer que esta Casa Pombalina se encontra hoje inscrita sob o Artigo N.º 47 na *Caderneta da Avaliação Predial da Freguesia do Sacramento* (3.º Bairro Fiscal), e descrita sob o N.º 2.197 a fols. 95 v. do *Livro B 16* da 2.ª Conservatória do Registo Predial da Comarca de Lisboa.

### PARÁGRAFO III

#### *Descrição da Casa*

A arquitectura obedece, de uma maneira geral, ao chamado Estilo Pombalino, tão vulgar na parte da Cidade reedificada após o terramoto de 1755.

Abundam nela painéis de azulejos do Século XVIII, aparecendo,



*Apologia do Garfo*

também, alguns exemplares do Século XVII, certamente aproveitados dos escombros existentes no local, quando em 1787 se iniciou a construção.

Citando estes azulejos, escreveu Matos Sequeira em *O Carmo e a Trindade*, Vol. III, pág. 67 (Lisboa, 1941):

«Muitos azulejos do final do século XVIII ornaram o interior e o curioso jardim alto do prédio (...). Alguns deles, em altos roda-pés de molduras policromas, são de 'figuras' e dos mais pitorescos que tenho visto.»

Um dos painéis merece ser posto em evidência, pelo seu particular interesse para a história do garfo em Portugal. Chamemos-lhe a *Apologia do Garfo*. Colocado numa das salas da habitação dos actuais proprietários, no andar nobre da Casa, é policromo (azul, amarelo, castanho, côr-de-vinho e verde, em fundo branco) e mede 3,860 ms. de comprimento por 1,115 ms. de altura; os azulejos, quadrados, medem 14 cms. de lado.

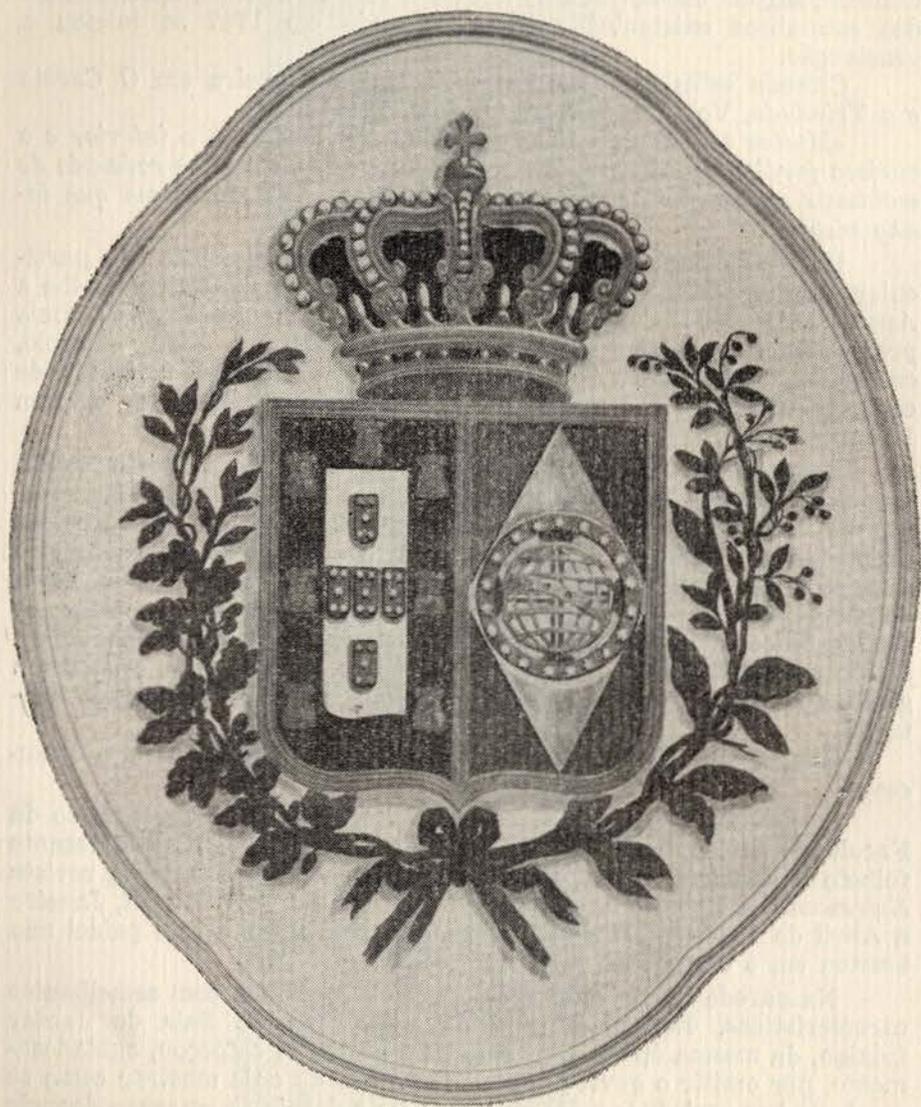
Representa uma cena de sala de jantar fidalga, do Século XVIII. Das nove figuras postadas em redor da mesa, seis estão interessadas em garfos; e vale a pena observar detidamente as expressões pasmadas da dama que ocupa o centro do painel e do cavalheiro sentado à sua direita. Quase no extremo direito do painel (à esquerda do observador, portanto), dois gentishomens comentam o espectáculo: um, de braço estendido, aponta os maravilhosos utensílios e convida o amigo a compartilhar da refeição; o outro, polidamente, esboça um gesto de recusa, talvez receoso de comprometer a integridade dentária...

Os garfos são perfeitos forcados: as *fourchettes* dos franceses.

O Doutor Alberto da Rocha Brito, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, no interessante folheto *A apologia do garfo em azulejos lisboetas*, separata da revista *Estremadura*, Boletim da Junta de Província, Série II, N.º XI, Janeiro a Abril de 1946, referindo-se, pormenorizadamente, a este painel não hesitou em o classificar de «precioso azulejo».

Na parede fronteira está colocado outro painel, com semelhantes características. Reproduz, também, uma cena de Sala de Jantar fidalga, da mesma época, mas em que o pintor se esforçou, cuidadosamente, por omitir o garfo; parece que o artista quis mostrar como se comia na boa sociedade setecentista, antes e depois do emprego daquele instrumento.

Os estuques modelados à mão nos tetos do primeiro andar — amorosamente restaurados por Augusto de Campos Sousa no ano de



*O Brazão da Entrada Nobre*

1936 — são, também, da primitiva e da autoria dos artífices italianos que no reinado de Dona Maria I se encontravam em Portugal.

No teto do pátio da escada do n.º 4 do *Largo do Carmo*, entrada nobre do referido andar, existe uma pintura, a fresco, ornamental e de grandes dimensões, circunscrita por uma moldura ovalada, de estuque.

Trata-se de um escudo partido, encimado pela coroa real portuguesa: na primeira pala as armas do Reino de Portugal; na segunda, as do Império do Brasil. O escudo, ladeado à dextra de um ramo de loiro e à sinistra de um carvalho e outro de cafézeiro (?) entrelaçados, estes ramos cruzados e atados com um laço de fita, na ponta do escudo. A coroa está voltada para o *Largo*.

Constitui este fresco uma curiosa profecia heráldica da aliança dinástica do Senhor Dom Duarte com S. A. I. a Princesa Senhora Dona Maria Francisca de Orléans e Bragança, pois, tal como os estuques acima referidos, data do reinado de D. Maria I.

O proprietário José Augusto de Campos Sousa, no ano de 1887, levou a cabo várias obras urgentes de restauro: arranjo de soalhos e da escada da então Travessa do Sacramento ao Carmo, que era característica do Século XVIII, com rodapé de azulejos e corrimão de madeira e azulejos. Nessa altura foram substituídos todos os degraus e colocado o actual corrimão de madeira e ferro.

\*  
\*       \*  
\*

A Augusto de Campos Sousa, sua mulher e filho, foi concedido *Bréve de Oratório*. A respectiva *Carta de Sentença Executorial Apostolica* diz, *ipsis literis*:

«Cónego Doutor Manuel Anaquim, Provisor e Vigario Geral Interino do Patriarchado de Lisbôa

A quem o conhecimento d'esta *Carta de Sentença* deva ou haja de pertencer:

#### Saude e Paz em Jesus Christo

Faço saber em como n'esta cidade de Lisbôa e Juizo Apostolico perante mim se processaram uns autos de um **Breve d'Oratorio Domestico**, a favor dos Impetrantes Augusto Cezario de Campos e Sousa, sua Mulher e Filho, os qual tendo sido pelos mesmos obtido da Santa Sé Apostolica, sendo n'este Juizo assim apresentado, foi por mim accete, registado e autoado pelo Escrivão respectivo, se formaram em

seguida os artigos de suas premissas, os quaes foram recebidos, ouvido o Doutor Promotor Fiscal do Juizo. E mandada expedir a necessaria ordem para informe ao Reverendo Parocho da freguezia da Encarnação de Lisbôa, e feito o inquerito testemunhal seguindo se os mais termos do estylo, e fazendo se me os autos conclusos a final, nelles Proferi a Sentença do theor seguinte: \_\_\_\_\_

**Christi Nomine invocato.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Vistos os autos, a promoção e mais documentos juntos, julgo provado o articulado de folhas e os oradores, digo, Vistos os autos, o Breve Apostolico de folhas trez, recebidos a folhas quatro, a prova a elles dada de folhas quatorze e dezenove, auto de visita canonica de folhas vinte e quatro, termo de responsabilidade, de folhas vinte e cinco; mostra se que Augusto Cezario de Campos e Sousa, sua Esposa Dona Amelia Magna de Loureiro Macedo Campos e Souza, e seu filho José Augusto de Macedo Campos e Sousa, são os proprios Impetrantes da graça d'Oratorio Particular, de cuja execução se trata agora n'este Venerando Tribunal da Executoria das Graças Apostolicas; mostra se mais que os impetrantes residem n'esta cidade de Lisbôa na Travessa do Sacramento ao Carmo, numero dezesseis, segundo andar, lado direito, na freguezia do Sacramento; mostra se ainda que elles possuem na referida sua casa de residencia um oratorio em compartimento reservado, construido em pedra e cal, devidamente ornamentado, provido de todos os paramentos e alfaias indispensaveis á celebração do Santo Sacrificio da Missa; mostra se igualmente que não existe em vigor para a mesma residencia privilegio igual concedido a outrem; mostra se outrosim que da mesma concessão d'este privilegio não resulta prejuizo ou lesão dos respectivos direitos parochiaes; mostra se tambem que os ditos impetrantes vivem na abastança e são pessoas idoneas, de boa vida e costumes e incapazes de faltar aos compromissos, que tomarem, segundo consta dos autos; — e de conservarem sempre o seu oratorio na decencia devida aos fins sagrados a que se destina, e de não prejudicarem nunca com o uso d'esta concessão os legitimos direitos parochiaes, — e de requererem nova visita canonica quando mudarem de residencia e quizerem continuar no gozo da graça obtida. O que tudo visto, examinado e canonicamente ponderado, e o mais que dos autos consta, concedo licença aos referidos impetrantes para que na casa da sua residencia, na rua acima indicada possam mandar celebrar uma missa em todos os dias do anno, excepto nas festas do Natal, Pascoa, Epifania, Ascensão de Nosso Senhor, Pestecostes, Assumpção de Nossa Senhora, São Pedro e São Paulo e de Todos os Santos, por sacerdote regular ou secular que esteja no exercicio das suas ordens, devendo estar presente um dos indultados ou agraciados para que a

missa possa ser celebrada, e podendo d'ella aproveitar para o preceito, cumprimento do preceito dominical, tudo em conformidade com o Breve Apostolico que julgo valido e proficuo para os impetrantes. Paguem os autos. *Lisbôa, nove de Junho de mil novecentos e vinte cinco.* (a) *Conego, Manuel Anaquim.* E sendo-me por parte dos sobreditos impetrantes pedido que se lhes extrahisse Sentença Executorial, e visto ser este pedido justo e conforme a Direito, se lhes passou a presente pelo theor da qual mando a todas as pessoas e Justiças, que fôrem da minha Jurisdicção, e ás que o não sejam, rogo da parte da Santa Madre Igreja, e da minha, por mercê, que, sendo-lhes esta apresentada, indo por mim assignada e selada com o Sello da Chancellaria Patriarchal, a cumpram e guardem, e a façam, muito inteiramente, cumprir e guardar como n'ella se contém. Dada em *Lisbôa*, sob meu Signal e Sello da Chancellaria Patriarchal aos 15 de Junho de 1925 e vinte cinco.

Logar  
do  
Sêlo

*Conego Manuel Anaquim*

*José Maria Netto Inglez*

(ilegível) que a subscrevi.»

À margem:

«Resalvo a rasura q̄ diz: 'cinco' 'mostra-se' Netto Inglez»  
Resalvo as entrelinhas que dizem: 'e Sousa' Netto Inglez»

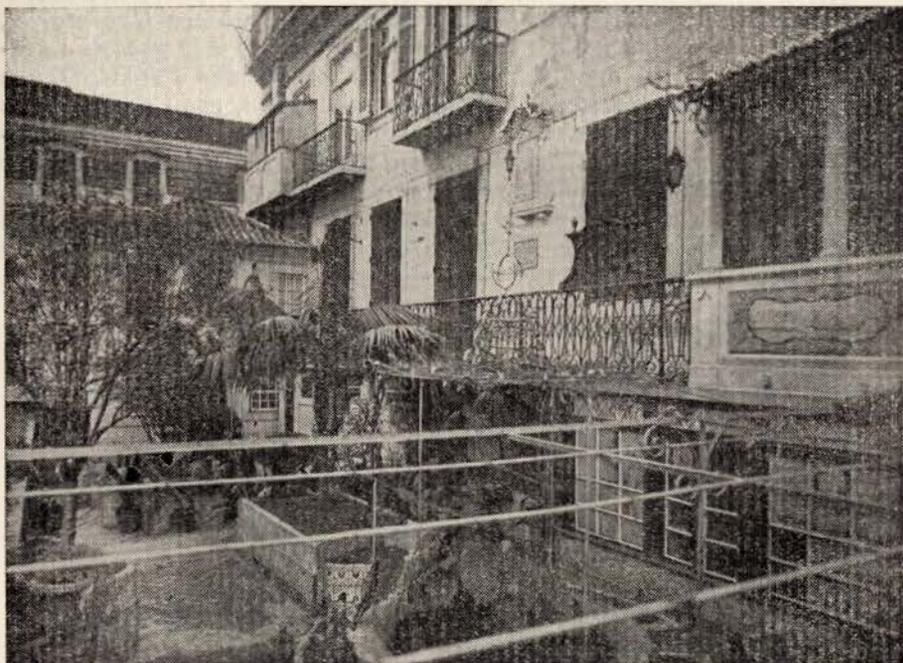
A visita canónica foi feita pelo Senhor Dom João Evangelista de Lima Vidal, ao tempo Arcebispo de Metilene.

O Oratório, que é da invocação de Nossa Senhora do Carmo, possui um retábulo do Século XVIII, representando a fundação da Ordem Carmelita e atribuído a Pedro Alexandrino.

\* \* \*

No primeiro andar existe um pitoresco jardim alto, ou terraço, assente sobre a abóbada da popular «Adega de Alcobaça», e ornamentado com alegretes revestidos de azulejos do Século XVIII e bancos revestidos de azulejos hispano-árabes e dos Séculos XVII e XVIII.

Numa varanda corrida que fica sobranceira ao terraço encontra-se um painel de azulejos com os seguintes versos, dedicados pela autora, a poetisa D. Albertina Paraíso, a José de Campos e Sousa, e



O Terraço

publicados no semanário literário *Fradique* (Ano I - N.º 26 - 2 de Agosto de 1934 - Pág. 4) :

*Jardim de Sonho*

*Anciosos de luz e de beleza,  
Vão nesta devoção religiosa,  
Os meus olhos, cansados de tristeza,  
P'ra aquela linda casa côr-de-rosa.*

Não sei se são as heras ou as flores,  
As rosas, os lilazes do jardim,  
Ou os nichos dos Santos nas paredes  
Que tanto podem encantar-me assim...

Mas nos meus sonhos, côr daquela casa,  
Não sei porque misterio ou atração,  
Trago sempre, num brando geito de aza,  
Esse lindo jardim no coração.

Norberto de Araújo, a págs. 7 do Livro 6 da sua notável obra *Peregrinações em Lisboa*, publicada no ano de 1938, referindo-se a este Prédio, diz: «o ângulo saliente da Rua Almirante Pessanha foi obra do ano passado». Houve aqui um pequeno lapso do distinto investigador, porquanto o anexo construído no ângulo em questão, e com o qual foi ampliado o primeiro andar, data de 1936, e não de 1937. Faz-se a rectificação, apenas por amor à verdade.

\*  
\*   \*  
\*

Acerca da genealogia dos proprietários, veja-se: *Revista de Ex-Libris Portuguezes*, vol. 1.º, págs. 24 a 28; *Livro de Ouro da Nobreza*, pelos Drs. Domingos Affonso e Ruy Valdez, a págs. 670 do 3.º vol.; *Arquivo Nacional de Ex-Libris*, vol. 2.º, a págs. 165 e seguintes; e *Os Milhões de Calcutá*, a *Brève notícia genealógica da descendência do Barão de S. José de Pôrto Alegre*, e «*A Herança de Calcutá — Notícia Histórica & Genealógica*», tudo da autoria de José de Campos e Sousa.

#### PARÁGRAFO IV

### Da “Rua do Almirante Pessanha”

Pouco antes do 28 de Maio, a Junta de Freguesia do Sacramento requereu à Câmara Municipal de Lisboa que fôsse dada à *Travessa do Sacramento, ao Carmo*, assim denominada pelo disposto no *Editál* de 1 de Setembro de 1859, outra designação, porquanto se verificavam não poucas confusões e enganos nos serviços dos correios, ocasionados pela coexistência de outra *Travessa do Sacramento*, a *S. Pedro de Alcântara* e da *Rua do Sacramento, à Lapa*.

Nessa altura, o então vereador da Câmara e antigo Presidente da Associação dos Lojistas, João Martins Casal, ao tempo inquilino duma das lojas deste Prédio, trocou com o proprietário Augusto de Campos Sousa algumas impressões sobre a nova designação a dar à *Travessa*, tendo este lembrado um dos Almirantes Pessanhas, a fim de perpetuar o facto de ter sido outrora o bairro pertença da Família Pessanha, e por tal razão designado por *Bairro do Almirante*.

Sobre o assunto, Augusto de Campos Sousa e o Conde de Castro e Sola elaboraram uma notícia histórica que permitiu a João Martins Casal, como relator, e a António Filipe Ribeiro, ambos da Comissão de Toponímia, apresentar o seguinte *Parecer* à Câmara Municipal de Lisboa:

«*Parecer da*

#### COMISSÃO DE TOPONÍMIA

*Processo n.º 1262/925*

*À vossa Comissão de Toponímia baixou o processo n.º 1262/925 em que a Junta de Freguezia do Sacramento, pede para que à Travessa do Sacramento, ao Carmo, seja dada outra denominação, a-fim-de evitar os constantes prejuízos que sofrem os moradores daquela via pública com a confusão que dá lugar existir, no Bairro de Alcântara, outra Travessa com o nome idêntico.*

*A mesma Junta lembra que à referida via pública seja dado o nome de*

#### 'RUA ALMIRANTE PESSANHA'

*prestando-se assim homenagem ao quinto almirante da Armada Portuguesa, figura que muito honrou a nossa Marinha de Guerra no Século XIV, companheiro do Mestre de Aviz na célebre batalha dos Atoleiros e Senhor do Bairro da Pedreira, mais conhecido pelo Bairro do Almirante, que ficava compreendido entre a actual Rua Garrett e Calçada da Glória.*

*Esta Comissão compreendendo os inconvenientes que a duplicação de nomes de ruas numa cidade causa aos seus habitantes, concorda que à referida Travessa seja alterado o seu nome.*

*Está, plenamente, de acôrdo com o nome indicado para aquela via pública, visto que a homenagem é bem merecida.*

*Por isso, é de parecer que a Travessa do Sacramento, ao Carmo, passe a denominar-se*

*RUA ALMIRANTE PESSANHA  
Século XIV*

*Lisboa, 17 de Fevereiro de 1925*

*A Comissão de Toponímia*

*(aa) João Martins Casal (relator)*

*António Filipe Ribeiro»*

Este *Parecer* foi aprovado, em Sessão Plenária, a 13 de Março de 1925, conforme consta do *Edital* de 4 de Abril do mesmo ano, tendo-se-lhe referido, com palavras de elogio, o Vereador Dr. Alberto Eduardo Valado Navarro, Visconde-Conde da Trindade.

A homenagem, embora tardia, veio a propósito, pois a toponímia tem lógica e serve de ensinamento, como disse Matos Sequeira.

PARÁGRAFO V

*Alguns inquilinos*

Lojas que abrem para o *Largo do Carmo*:

Os *Rois de Confessados* do Sacramento, dizem-nos que estiveram aqui instalados, de 1879-1882, um carpinteiro e um cocheiro, e, mais tarde, uma casa de pasto e um armazém de vinhos; e nas que viram para a *Calçada*, de 1879-1887, um talho, um padeiro e uma mercearia. Actualmente encontra-se na que esquina para a *Rua do Almirante Pessanha* uma «Clínica Veterinária», dirigida pelo hábil médico-veterinário Dr. Bruto da Costa.

1.º andar:

1788 — A proprietária, viúva de Domingos Jorge.

1808 — «um centro de cavaqueira, conhecido pelos novelistas em 1808, encontrava-se no 1.º andar do Largo do Carmo, esquina da Calçada do Sacramento, no qual se alojava a «Física e a Botica da Tropa Francesa» e no qual bacharelavam os médicos franceses, o Verdier, o Dr. Abrantes, o negociante Oliveira Barreto e outros francezistas.»

*Lisboa de Outrora*, por João Pinto de Carvalho (Tinop),  
1.ª Edição, 1.º volume, a págs. 193.

- 1832 — Ernesto Biester, negociante estrangeiro, até 1847; depois, sua viúva, D. Isabel Loureiro Biester, até 1852, e seu filho, Francisco Biester, até 1866.
- 1845 — O escultor e pintor Manuel Maria Bordallo Pinheiro, com sua família.
- 1866 — José Inácio Machado de Faria e Maia.  
— D. Febrónia Carolina Sousa de Meneses.
- 1872 — D. Jacinto Caruelos y Soria, delegado do «Banco Popular Español».
- 1873 — D. Maria da Piedade Fevereiro de Tavares Proença.  
— O Dr. António Álvaro de Araújo Madureira, 1.º Oficial dos Negócios Eclesiásticos.
- 1892 — O Dr. Francisco Guilherme de Brito, tabelião.
- 1911 — D. Rita de Melo Roquete Cáu da Costa, que vivia com sua irmã, D. Mariana de Melo Ferreira Roquete de Noronha (Angeja), mulher de D. José Gaspar de Almeida e Noronha (Angeja).
- 1920 — «Carlos Schmidt, Ld.ª», em parte, tendo como sublocatário, até 1937, o Consulado Geral da Suíça, em Lisboa. Na restante parte, o proprietário Augusto de Campos Sousa.
- 1940 — A «Sociedade dos Vinhos Estremadura, Ld.ª», em parte. Na restante parte, o proprietário Augusto de Campos Sousa.
- 1946 — A «Sociedade Peninsular Comercial, Ld.ª», e a «Sociedade dos Vinhos Estremadura, Ld.ª», em parte. E na restante parte, os proprietários D. Amélia Magna Loureiro de Macedo e seu filho José de Campos e Sousa.

2.º andar, lado direito:

- 1866 — José Inácio Machado de Faria e Maia, até 1871.
- 1881 — Manuel da Cunha Guimarães Ferreira, proprietário do Prédio.
- 1902 — António Pedro de Araújo.
- 1904 — Francisco de Sousa Carneiro.
- 1906 — José O'Donell Pacheco.
- 1908 — António Júlio de Abreu Castelo Branco.
- 1912 — O proprietário, Augusto de Campos Sousa.
- 1937 — A «Comissão Administrativa das Obras do Novo Estádio de Lisboa».
- 1939 — A «Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses».

## 2.º andar, lado esquerdo:

- 1877 — D. Maria Augusta de Melo Roquete e Brito, mãe do Dr. Francisco Guilherme de Brito.  
1881 — O Desembargador Barão de Mogofores.  
1911 — D. Emília Patacho, médica ginecologista e Directora do «Reformatório Feminino de S. Domingos de Benfica», casada com José Agnelo da Silva Ramos, farmacêutico, que foi um notabilíssimo professor particular do Ensino Secundário, muito justamente apreciado em Lisboa.

Foram também inquilinos deste lado, em data que desconheço: O Juíz Dr. Eugénio de Castro; o Advogado Dr. Alberto Navarro; e a Viscondessa de Vila Nova da Rainha.

- 1832 — Foram inquilinos do 2.º andar, mas ignoro de que lado: o Comissário dos Trigos, Luís José Frade de Almeida e o Dr. José Maria Monteiro, médico. A família Frade de Almeida era de há muito moradora no Bairro.

## 3.º andar, lado direito:

- 1867 — José Luiz Correia de Mófreira.  
1871 — José Machado de Medeiros Faria e Maia.  
1877 — Joaquim Ramos Vilar.  
1881 — António da Silva Tulio, literato.  
1888 — O proprietário do Prédio, José Augusto de Campos Sousa.  
1911 — O Juíz Dr. Júlio Guilherme Nunes de Carvalho.  
1912 — D. Elisa Augusta Macieira de Sousa.  
— O Dr. Amadeu da Affonseca de Mesquita de Castro Pereira e Sola, 2.º Conde de Castro e Sola, Ministro da Justiça, Secretário Geral do Supremo Tribunal de Justiça, e Deputado, no tempo da Monarquia; é consagrado escritor genealogista.

## 3.º andar, lado esquerdo:

- 1825 — Frederico Biester, negociante estrangeiro.  
1869 — O actor Carlos Fossa, até 1870.  
1873 — Jerónimo Teixeira Viana.  
1879 — Eduardo Frederico Pereira de Melo.

- 1902 — António da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, irmão do Marquês de Chaves.  
 1911 — Os Condes de Estarreja.

Foram também inquilinos deste lado, entre os anos de 1879 e 1902: uma Senhora da Família van Zeller; o Contra-Almirante Rio de Carvalho; e o General António Coelho de Campos.

- 1832 — Foram inquilinos do 3.º andar, mas ignoro de que lado: o Comissário de Trigos Xavier José Frade de Aguiar, e Joaquim Garrido.

4.º andar, lado direito:

- 1867 — O Músico Caetano Maria Cagianni.  
 1869 — O erudito António da Silva Tulio, até 1871.  
 1902 — O professor Eliseu d'Aguilar.  
 1911 — Augusto de Campos Sousa.  
 1912 — O Dr. Júlio Dantas, Médico, Diplomata, Escritor e Presidente da Academia das Ciências de Lisboa. Aqui escreveu *O Reposteiro Verde*.  
 — O Juíz Dr. Júlio Guilherme Nunes de Carvalho.  
 1917 — O Juíz Dr. Júlio César de Castro Pereira Lopes.  
 — O Engenheiro Luiz de Castro e Sola, Director Geral de Minas e Serviços Geológicos no Ministério da Economia.

4.º andar, lado esquerdo:

- 1825 — Frederico Biester, negociante estrangeiro.  
 1868 — A actriz Emília dos Anjos.  
 1893 — Manuel Francisco Lampreia, cuja mulher, D. Rosa Augusta de Goes, e cunhada, D. Adelaide de Goes, conhecidas por «as Lampreias», e antigas educandas de um convento de Beja, foram as mais afamadas doceiras de Lisboa, no seu tempo. D. Adelaide de Goes, com a bonita idade de 90 e tal anos, ainda trabalhava para uma conhecida loja de frutas, na *Rua Nova do Carmo*.  
 — Duarte de Sieuve de Séguier Nogueira de Sousa do Prado de Lacerda, funcionário Superior das Alfândegas.

Rua do Almirante Pessanha, 20, loja:

- 1905 — Joaquim do Espírito Santo Lima, com o jornal *Portugal*, de que foi redactor.

Rua do Almirante Pessanha, 16, s/loja:

- 1934 — O Dr. Tomás Ribeiro Colaço, com o semanário literário *Fradique*, de que era director, e editor e administrador José de Campos e Sousa.  
 1946 — A «Sociedade Lisbonense de Metalizações, Ld.ª», com as firmas «Castilla & Burnay, Ld.ª» e «Bucanto, Ld.ª».

Rua do Almirante Pessanha, 12-14, loja:

- 1903 — Álvaro Pinheiro Chagas, com o jornal *A Noite*.  
 1904 — O Conde de Vilar Sêco, com o jornal *Notícias de Lisboa*.  
 1910 — O Conselheiro Artur Alberto de Campos Henriques, com o jornal *Notícias de Lisboa*.

Rua do Almirante Pessanha, 6:

A já referida «Adega de Alcobaça»; achavam-se aqui instalados, em 1878, uma famosa cocheira de trens de aluguer, e um carvoeiro.

Calçada do Sacramento, 23, s/loja-direito:

D. Antónia Lavin, depois Viscondessa de Coruche.

Foram também inquilinos, mas ignoro de que andares: :

- 1836 — António Maziotti, até 1842.  
 1842 — O negociante Renato Lequen, e sua Família, até 1855.  
 1848 — O Coronel Fortunato José Barreiros, e o Juiz da Relação Dr. António José de Miranda.  
 1849 — A Família Barruncho, até 1852.  
 1856 — O Escrivão Francisco Coelho Lobão, até 1859.  
 1860 — O Médico Dr. Francisco Luiz Brandy.  
 1863 — O Conselheiro Joaquim Dias Lopes de Vasconcelos, até 1870.  
 1871 — O Arqueólogo José Joaquim da Ascensão Valdez, até 1876.  
 1891 — O General Adolfo Ferreira Loureiro — Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses — até 1893, pelo menos.

A título de mera curiosidade registarei, ainda, para terminar, que o inquilino mais recente desta Casa Pombalina (que representa no *Carmo* actual o palácio seiscentista dos Albuquerque Mexias) é a firma «Norton & C.º L.ª», instalada em 3 de Outubro de 1946 na loja da *Calçada do Sacramento*, N.º 17, onde, desde 1866, durante 80 anos portanto, existiu a típica carvoaria de José Igreja, galego de nascimento e alfacinha do coração.

FINIS LAVS DEO

# 1.ª CONFERÊNCIA BIENAL DOS AMIGOS DE LISBOA

## ALCAIDARIA DO CASTELO DE LISBOA

tese apresentada por NORBERTO DE ARAUJO

Não será o Castelo de S. Jorge de Lisboa o mais representativo, certamente, na história militar e política do nosso país. E não será, se considerarmos um a um os acontecimentos que distinguiram alguns dos redutos medievais portugueses, não anteriores cronologicamente ao Castelo de Lisboa, mas sem dúvida primeiros e principais nas lutas para a formação e consolidação da nacionalidade, e nos trabalhos árduos para a eliminação do castelhano e do mouro do solo pátrio.

Sob este único aspecto o Castelo de Lisboa não será o mais qualificado. Mas é-o, indiscutivelmente, se abstrairmos de factos relevantes que se perdem nas primeiras noites da nacionalidade, e o considerarmos à luz dos acontecimentos que tiveram de Junho a Outubro de 1147 o seu fulcro político, social e moral.

Os monumentos têm também a sua evolução nos planos das nacionalidades. Transgridem, por força do destino, as leis da cronologia, e forçam o realismo frio das crónicas, que de certa altura em diante se torna vazio de sentido, porque lhe falta o poder de representação colectiva.

O Castelo de Lisboa — tomada que foi a cidade ao muçulmano, e, sobretudo, depois que Lisboa passou a capital do reino e a Alcáçova se tornou moradia régia — converteu-se no castelo n.º 1 do país, debruçado sobre o Tejo, berço dos Descobrimentos. Sem que a frase hiperbólica padeça de exagerado contemplativismo, bem se pode dizer que a sombra do Castelo de Lisboa se projectou primeiro nas Áfricas e depois nas Índias e no Brasil.

Anulado, e precisamente por efeito da sua projecção política nacional, no período do filipismo; Tombo, não de Lisboa, mas de Portugal, que o vexame catastrófico do Terramoto obrigou a transferir; alargado, reconstruído, desafogado, reintegrado recentemente sob sábia política de arqueologia e monumentalidade, fria mas austera — o Castelo, que D. João I chamou de S. Jorge, ganhou em poder de representação histórica nacional e converteu-se num museu documental

de arte militar, não apenas por suas torres, ameias, eirados, portas, praças, esplanada e silhueta medieval — mas pela sua significação.

Certas ideias parecem de início condenadas a um malogro, exactamente porque a sua penetração de corte bárbaro de xilogravura não se ajusta ao conceito sereno e objectivo, que não permite que as coisas do passado sejam mais do que coisas mortas, insusceptíveis de decorativo social. Será este o caso.

Sugiro a criação de uma alcaidaria para o Castelo de Lisboa. Se o anacronismo da denominação ofender gravemente — chamemos ao alcaide — «conservador».

Qualquer museu, biblioteca, arquivo, monumento ou simples gabinete histórico-artístico, tem o seu director ou o seu inspector ou o seu conservador. O Castelo é um monumento que parece que não tem que guardar ou que conservar. Contudo é do abandono de coisas que não têm nada dentro, mas que lá dentro guardam com efeito tudo o que os olhos não vêem, que adveio, em certos períodos, bastante vilipêndio para o documentário arqueológico e artístico português.

Foi o Castelo, após a obra da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, entregue pelo Governo à Câmara Municipal. Em rigor, a Câmara é que é o Alcaide do Castelo. Julgo, porém, não ser impertinência personalizar a função, não em desprestígio da Câmara, mas precisamente em benefício moral e talvez decorativo, tradicionalista mas prático, da função e da hierarquia municipal administrativa.

E desta sorte, sem mais considerações, apresenta-se a seguinte sugestão:

#### A

Seria criado o lugar de conservador, com o título honorífico de alcaide, para o Castelo de S. Jorge, de Lisboa. A indicação da pessoa que houvesse de desempenhar esse lugar competiria à Câmara Municipal de Lisboa, pelo seu presidente, que é, por natureza de cargo, o alcaide-maior do Castelo que lhe foi entregue pela Nação. A nomeação caberia ao Ministro do Interior.

#### B

Só deveria ser indicado para conservador-alcaide do Castelo uma pessoa, nascida em Lisboa, a quem pela sua idade, cultura, dedicação, e mais requisitos morais e representativos, pudesse caber com justeza e com justiça aquela honraria e aquela responsabilidade.

## C

As funções de conservador-alcaide do Castelo seriam inteiramente gratuitas.

## D

Ao conservador-alcaide do Castelo de Lisboa competiriam as seguintes funções:

- a) — Representar a Câmara Municipal de Lisboa em todos os seus actos e actividade, dependendo directamente do presidente;
- b) — Receber oficialmente cortejos, delegações, colectividades, representações nacionais ou estrangeiras, visitas de circunstância e missões culturais e artísticas;
- c) — Superintender em tudo que dissesse respeito à conservação do monumento, ao seu asseio e beleza contemplativa, e à defesa e conservação documental;
- d) — Promover no Castelo, por intermédio de uma alcaidaria ou secretaria, a divulgação da história do monumento, a publicação ou distribuição de livros, monografias, folhetos, guias, mapas, estampas, e de todos os elementos, quer de turismo deambulatório quer de acção cultural, tendentes a enraizar na alma popular o respeito por este padrão lisiponense, e universalizar o seu valor;
- e) — Representar perante a Câmara ou perante a Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, sempre que, pela acção do tempo ou por outras circunstâncias eventuais, uma parte do Castelo ofereça possível ruína ou careça de vistoria e atenção;
- f) — Dirigir, inspeccionar e orientar culturalmente qualquer museu, biblioteca, arquivo ou documentário que no Castelo venha a ser instalado;
- g) — Estabelecer as horas de abertura e encerramento do monumento; autorizar ou não sessões, representações, espectáculos, festividades, e ser, deste modo, em representação sempre do presidente da Câmara, a única autoridade dentro do Castelo, com funções repressivas, ficando dele dependentes quaisquer entidades ou organismos que, transitória ou definitivamente, ocupem o Castelo;
- h) — Sugerir e promover festas periódicas, manifestações patrióticas, visitas de cultura histórica popular, destinando

dias do mês para receber escolas, colégios infantis, institutos e grupos associativos.

## E

O conservador-alcaide do Castelo não seria obrigado a nele assistir diariamente, mas sim periodicamente; além disso poderia ter no Castelo uma dependência condigna para residência eventual e recepções formais.

Lisboa, Dezembro de 1945

## O ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE E O CASTELO DE S. JORGE

Tese apresentada por FERREIRA DE ANDRADE

Alguns séculos de abandono, de mutilações sucessivas, de negligência permanente, haviam transformado o Castelo de Lisboa numa amálgama de edificações sem conexão, impróprias e inestéticas. Mercê da ignorância e do desprezo pelo passado, o velho baluarte vergara ao fim de longos anos, sob o peso incomensurável das ofensas e das brutalidades humanas, cujo dano é, muitas vezes, superior ao das grandes catástrofes.

Assim, obliterada a sua verdadeira característica de fortaleza medieva, despido de todo o significado histórico, perdida a sua traça primitiva, entregue após o domínio de Castela aos desmandos dos seus Governadores e, mais tarde, aos dos comandantes dos regimentos ali aquartelados, o monumento que o nosso primeiro Rei conquistara pela força indomável do seu montante e pela firmeza da sua Fé libertadora, chegou até ao ano de 1939.

A política, já há alguns anos seguida pelo Governo do Estado Novo, da protecção do nosso património artístico e espiritual, levava a Presidência do Conselho a incluir no programa das Comemorações

Centenárias da Fundação e Restauração da Nacionalidade, a valorização histórica, artística e arqueológica do Castelo de S. Jorge, «desafrentando-o de malefícios construtivos, isolando-o na sua solene beleza evocadora, reintegrando-o, enfim, quanto possível, na sua rude e expressiva estrutura de fortaleza de outros tempos.»

Não foram simples as obras levadas a efeito. O trabalho foi árduo, difícil mesmo. A iconografia e a documentação existentes sobre o Castelo de S. Jorge — escassos e discrepantes — não permitiam uma conclusão segura sobre a reintegração do monumento, em obediência à verdade histórica. Mas, após as demolições feitas e durante o trabalho, penoso e demorado, das escavações, foram surgindo os vestígios nítidos do traçado das muralhas e das tórres, do Paço da Alcáçova e da Capela de St.<sup>a</sup> Bárbara.

E a obra chegou a bom termo.

Quando Portugal, num mundo devorado pela guerra, comemorou em paz os seus oito séculos de História, a velha fortaleza olisiponense, liberta da mole imensa de edificações que se lhe sobrepunha, surgiu, enfim, aos olhos dos lisboetas, na sua majestade impressionante, na grandeza evocadora das suas pedras vetustas, testemunhas tantas vezes dos fastos mais gloriosos da História Pátria.



Durante alguns meses as obras continuaram ainda, embora circunscritas aos trabalhos de demolição do casario que, em redor do Castelo e no decorrer dos séculos se construíra, numa indisciplina notável, ao sabor sòmente da vontade individual.

Esta, a grande obra de valorização do Castelo — o arranjo da sua moldura urbanística — trabalho ainda hoje incompleto e deficiente.

Mas outras obras se impõem, a nosso ver, não falando, claro está, no povoamento arbóreo e arbustivo de toda a zona envolvente e dos terraplenos interiores — obra que está já iniciada pela Câmara Municipal.

Vejamos.

No Castelo de S. Jorge temos três aspectos a considerar: o *Castelejo*, velha fortaleza reintegrada hoje no aspecto conjectural do século XIV, que se reveste de significado histórico e arqueológico; o recinto onde se ergueram os velhos Paços da Alcáçova, sucessores da secular moradia dos alcaides mouros, e transformados pelo governo

usurpador dos Filipês em quartéis e celas prisionais; a antiga Praça de Armas, belveder que se debruça sobre o casario da Costa do Castelo e das ruas do Milagre de Santo António e de Bartolomeu de Gusmão.

O *Castelejo*, monumento pròpriamente dito, e que constitui o primeiro aspecto apontado, devêmo-lo considerar como todos os restantes monumentos similares: entregue a um guarda competente e sempre vigilante, e aberto ao público durante as horas normais do dia.

O segundo aspecto — e é esta a razão base da tese que temos a honra de apresentar — é o do aproveitamento, do destino a dar à *casa ogival* (e seus anexos), resto, como se disse, dos antigos Paços da Alcáçova.

Um só nos parece absolutamente adequado: a instalação do *Arquivo Histórico da Cidade*.

— Que melhor local pode existir dentro da cidade de Lisboa para a instalação do seu arquivo, que o Castelo de S. Jorge, onde durante quatro séculos funcionou o Tombo do Reino? Não o encontramos facilmente. No Castelo de S. Jorge, sim, a dois passos da *Baixa*, local que, por estar longe do bulício constante e próprio dos grandes centros urbanos, convida à meditação e ao estudo, à concepção espiritual e ao prazer recreativo de uma boa hora de leitura.

A instalação condigna do *Arquivo Histórico da Cidade* impõe-se urgentemente. A Câmara (cuja obra cultural iniciada e profundamente activada pelo olisipógrafo Pastor de Macedo, quando Vereador do Município, tem sido notável) resolveria, assim, um dos problemas de maior acuidade da sua política de espírito.

Toda a extensa documentação do Arquivo da Câmara é um repositório valiosíssimo, que, devidamente catalogado, deve estar patente a todo o estudioso, em condições dignas do seu valor histórico, da riqueza transcendente dos seus códices, sem mais peias burocráticas das que são usuais em arquivos e bibliotecas públicas do país.

Para esta instalação deverá a *Casa Ogival* ser convenientemente resguardada das humidades e preservada de toda a possibilidade de incêndio. As espécies arqueológicas e os elementos architectónicos que presentemente ali se guardam deverão ser transferidos para local mais apropriado.

Necessário é ainda, a nosso ver, que junto do *Arquivo Histórico da Cidade* funcione (em instalação a edificar) um *Gabinete de Estudos Olisipponenses*, onde seriam facultadas aos estudiosos da história da cidade todas as espécies bibliográficas olisiponenses, um ficheiro completo, por assuntos, de toda a documentação existente no Arquivo, o maior número possível de verbetes sobre a iconografia da cidade, e,

ainda, a indicação dos principais códices espalhados por outros arquivos públicos (e particulares) de manifesto interesse lisbonense.

A acção a desenvolver por este departamento municipal é de um grande alcance. O ambiente vincadamente característico do Castelo seria, já de si, uma atracção para o estudioso, que nele — repetimos — mais do que em qualquer outro, se entregaria à reflexão dos variadíssimos problemas da história da capital. E, quanto há ainda que escrever, para que um dia se possa elaborar a verdadeira história de Lisboa!



Expendida, assim, a nossa opinião — contrária a tantos projectos mais ou menos fantasiosos — sobre o Castelo de S. Jorge, resta-nos ainda defender a ideia que formamos acerca do destino prático a dar à esplanada que se debruça sobre o anfiteatro do Terreiro do Paço — a antiga praça de Armas. Não abundam em Lisboa locais aprazíveis, recolhidos, afastados do movimento estridente e enervante dos centros habitacionais e comerciais, onde a população se refugie, por momentos, em espiritual repouso, após as horas de enclausuramento nas oficinas, nos escritórios e nas repartições públicas.

Este recanto do Castelo, largo terraplano onde a vista se alonga a toda a cidade ribeirinha e se perde na linha esfumada da Outra Banda, onde o Terreiro do Paço se nos mostra em toda a sua grandeza architectónica e o Tejo se recorta na amplitude da sua extraordinária majestade, bem merece ser considerado como o miradouro n.º 1 de Lisboa.

Faça-se, pois, deste maravilhoso mirante a janela aberta onde todo o lisboeta possa contemplar a cidade, vendo-a na sua inexcedível beleza panorâmica, para que, assim, aprenda a conhecê-la melhor, e, sobretudo, se acostume a ver o Tejo, a querer mais ao seu Rio, do qual Lisboa, ingrata no seu amor de séculos, anda há muito divorciada.

Concluimos, sugerindo:

1.º — Que no Castelo de S. Jorge sejam instalados o *Arquivo Histórico da Cidade* e o *Gabinete de Estudos Olisiponenses*.

2.º — Que o recinto até alguns anos denominado por Praça de Armas seja transformado num verdadeiro *Mirante da Cidade*, dia e noite patente ao público, depois de arborizado e beneficiado convenientemente com bancos próprios da architectura majestosa do monumento. Nesse local — lembramos ainda — o Município instalaria, como nos jardins públicos e miradouros da cidade, uma pequena biblioteca. Esta,

porém, deveria conter somente obras lisiponenses, ou aquelas onde Lisboa tenha sido motivo de referência dos nossos melhores escritores.

Conhecer Lisboa, através do espectáculo vivo do seu cenário, ou das páginas de Castilho e do Eça, de António Nobre e de Cesário Cerde, eis a finalidade de se transformar esse recinto no mais belo, no primeiro MIRANTE DE LISBOA.

## COISAS QUE JÁ EXISTEM EM LISBOA

### O CENTRO SOCIAL DA RUA DA BEMPOSTINHA

Tese apresentada por D. ADRIANA RODRIGUES

Se qualquer de V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> se der ao trabalho de ligar o seu telefone para 46 681, ouvirá uma voz de rapariga responder-lhe: «Daqui, Centro Social da Rua da Bempostinha».

O grande Lyautey teria apurado o ouvido, e murmurado o seu tão célebre: «De que se trata?».

Façamos o mesmo.

Convido-vos, senhoras e senhores, para me acompanhardes, em espírito, a uma das nossas tão apreciadas visitas; e dirijamo-nos, deste modo, ao largo do Mitelo, ao Campo de Santana.

Exactamente diante do palácio que foi do Dr. Alexandre Mitelo de Meneses, célebre figura lisboeta do século XVIII, diplomata, conselheiro de El-Rei, desembargador e capitalista.

É aqui que funciona hoje o Instituto de Serviço Social, o qual, além de ser um estabelecimento de ensino técnico, constitui um centro de informações e estudos sociais e que tantos serviços tem prestado já ao País.

Mas deixemos o portão do Palácio. Metamos pela Rua da Bempostinha, e batamos na porta n.º 4. Aí está instalado o Centro Social.

As instalações são modestas, mas denotam aquele ar de arranjo que só mãos de mulher conseguem dar às coisas velhas.

Esperam-nos uma Assistente Social e uma Educadora Familiar. Elas vão falar-nos. «O nosso Centro Social inaugurou-se em 1 de Novembro de 1942. Há, portanto, três anos».

— Mas por que existe um Centro Social, assim anichado no anexo dum velho palácio seiscentista? — pensará qualquer dos que me escutam. — Quem o criou e mantém? E para quê?

«O homem foi feito para viver em sociedade. Este é o seu meio natural. O homem isolado é um mito. Acontece, porém, que os homens não sabem viver em conjunto: daí ódios, guerras, dissensões.

Políticos, economistas, sociólogos, todos têm procurado a melhor forma de resolver o problema. Quase em nossos dias, surgiu a solução do Serviço Social. É essa a razão da existência duma escola especializada, no velho Palácio do Mitelo.

Aí se preparam profissionais, capazes de dar à sociedade esta noção de «boa harmonia, de cooperação de todos para o bem comum».

Por que processos? Impossível enumerá-los. No entanto, uma das soluções mais correntes, é a dos Centros Sociais.

A Inglaterra adoptou-a desde 1878, a América desde 1887, a Holanda desde 1890, a França desde 1900.

Graças à corrente doutrinária criada pelo I. S. S., surgiram entre nós os primeiros Centros Sociais (de Cascais, da Quinta da Calçada e da Boa Vista). Outros se projectavam. Mas as nossas alunas, antes de irem ocupar postos de comando, precisavam de aprender *praticamente* a trabalhar. Daí a criação do Centro Social da Rua da Bempostinha, laboratório onde as nossas profissionais pudessem estudar uma parte da vida social da população da cidade.

O que tem sido a vida do Centro nestes três primeiros anos de existência, levaria horas a relatar, mas traduz-se nesta expressão breve: «SERVIR».

São dum dos mais velhos tratados de sociologia — a Biblia — estas palavras: «É melhor que dois estejam juntos do que sós, porque assim tiram proveito da sociedade que constituem. Se um cai, o outro levanta-o! Ai do homem só!, pois quando cair não terá quem o levante! O irmão ajudado pelo seu irmão é como uma cidade fortificada!».

Portanto, a base da vida social é a cooperação, o auxílio mútuo, o amor de cada qual pelo seu semelhante. São estes os sentimentos que animam os homens de hoje? Em especial das populações das cidades? Duma cidade como esta nossa de Lisboa?

Ora o nosso programa no Centro Social da Rua da Bempostinha tem sido este: «Não podemos nem pretendemos atingir toda a população da cidade; o nosso semelhante é apenas o nosso vizinho de ao pé da porta — as famílias das duas freguesias em que vivemos: Anjos e Pena.

«Ao começarmos a nossa acção tínhamos apenas como base os conhecimentos obtidos através de duas monografias — uma de cada freguesia — estudo realizado por duas alunas. Também não tínhamos programa pré-estabelecido, visto um Centro Social não poder seguir um «plano-tipo», mas dever adaptar-se às necessidades do meio e evoluir consoante estas.

«Começámos por nos tornar conhecidos dum vizinho deveras útil: o Centro de Saúde; e estabeleceu-se o primeiro intercâmbio: de lá mandavam-nos os casos sociais que encontravam, e nós mandávamos-lhe os casos clínicos. Fomos assim tomando contacto com as primeiras famílias, conhecendo as suas necessidades e aspirações. Satisfazendo umas e outras na medida do possível.

Não damos esmolas; procuramos resolver a situação económica e moral, pela valorização das próprias pessoas necessitadas. Não forçamos ninguém a vir até nós, mas atendemos todos os que nos procuram — (e já temos hoje inscritas para cima de quinhentas famílias) — quaisquer que sejam as suas crenças e ideais.

— Qual tem sido a nossa acção?

a) — Promover o bom entendimento entre todas as obras de assistência e afins co-existentes nas freguesias. (Centro de Saúde, Escuteiros, Obras Católicas ou não, etc.), para assim trabalharmos em franca cooperação, resolvendo em comum os nossos problemas, que são afinal problemas da vida citadina.

b) — Atender todos os necessitados, quer sob o ponto de vista económico, quer moral, quer intelectual (explicações a estudantes, procura de casas, empregos, internamentos, etc.) — e foram, só de Janeiro a Outubro do corrente ano:

277 pessoas que nos visitaram pela primeira vez, expondo o seu caso.

2386 as visitas subsequentes.

Por sua vez efectuaram-se 43 visitas a doentes, às famílias, seguidas; 832 diligências (junto de Instituições públicas e particulares, com os seguintes resultados no referido espaço de tempo:

Obtenção de: — 4 subsídios em dinheiro

*Auxílios extraordinários:* em dinheiro — 30

em ropas — 36

em remédios — 29

em passagens — 16

em diversos — 5

em empréstimos — 6

em consultas — 12

em internamentos — 8

em colocações — 6

Se é certo que o meio tem grandes dificuldades económicas, não as tem menores sob o ponto de vista educativo. As mulheres pouca ou nenhuma preparação levam para a vida de família. A maioria ignora os mais elementares preceitos caseiros e higiénicos; é ainda elevada a mortalidade infantil.

Há mães que instigam os filhos a pedir esmola; outras que, animadas da melhor boa vontade, querem educá-los, instruí-los, mas, fora das horas em que os mandam à escola, não sabem como proceder. Conhecedor de tal facto, o Centro esforça-se mais uma vez para servir aqueles que o procuram.

Assim, mantemos uma *Consulta Familiar*, que funciona em dias fixos, com a presença duma Educadora Familiar, a qual auxilia as mulheres a resolver os seus problemas de costura, economia doméstica, e de educação dos filhos.

Em Janeiro inauguraremos as visitas familiares (em que a Educadora irá de casa em casa, auxiliar a mãe de família nas suas múltiplas tarefas). Há ainda no Centro *reuniões de Mães*, onde se estudam os problemas da educação dos filhos, da boa vizinhança, da higiene, etc., e que têm dado óptimos resultados.

Para complemento da educação e da instrução primária, ministrada nas escolas oficiais da freguesia, temos para as raparigas: aulas de estudo vigiado (3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> classes), costura e outros trabalhos manuais com pré-orientação profissional, passeios, etc. De Janeiro a Maio funcionam os Cursos Nocturnos de Formação Doméstica para operárias.

Para os rapazes temos: — «(1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classes) estudo vigiado, trabalhos manuais com tentativa de pré-orientação profissional, biblioteca, jogos, actividades desportivas (campismo, volley-ball).

O Grupo dos «Antigos» (estudantes ou operários) com sala de estudos, biblioteca, jogos, actividades desportivas.

*Para todos:* passeios, visitas a museus, sessões culturais e recreativas.

De que pessoal dispomos?

— Duas Assistentes Sociais

— Uma Educadora Familiar

— Um monitor para os rapazes

— Uma monitora para os rapazes de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classe e raparigas.

Prestam-nos ainda o seu auxílio todas as alunas do I. S. S. que aqui vêm estagiar durante o curso, e, findo este, num período de aperfeiçoamento.

Creio ter-vos dado uma visão do trabalho já feito neste Centro, mas nada vos disse do muito que seria ainda preciso realizar. Centros

como este, melhores do que este, desejaríamos vê-los em todas as freguesias de Lisboa.

Vamos terminar a nossa visita, em espírito; mas não me esqueço que estou falando aos *Amigos de Lisboa*: Tenho dois pedidos a fazer-vos:

O nosso Centro tem um ideal: «Promover as melhores relações de boa amizade entre todos os que o frequentam ou o conhecem».

Possui mesmo um ficheiro, onde dia a dia vai inscrevendo todas as boas vontades que se lhe oferecem. (Lá figuram personalidades em destaque, como: médicos, advogados; outras humildes, simples parquianos, como o honrado comerciante da loja da esquina, que se pronuncia a abonar tal ou tal pessoa em causa.

E os *Amigos de Lisboa*? Poderá este grupo auxiliar-nos também?

Não pedimos subsídios — embora os aceitemos —; pedimos boas vontades, cooperação. Temos uma biblioteca, frequentada por rapazes esfomeados por leituras sugestivas e apropriadas ao seu meio e idade; organizamos passeios e visitas de estudo. Mas só Deus sabe à custa de quantas dificuldades!

Desejaríamos criar na nossa gente uma mentalidade sã de verdadeiros cidadãos, autênticos «Amigos de Lisboa».

Interessa-vos o assunto?

Lisboa, Outubro de 1945.

# ACÇÃO CULTURAL DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

DURANTE O ANO DE 1946

SECÇÃO DE MOVIMENTO CULTURAL E PROPAGANDA

## VISITAS DE ESTUDO

- 6 de Janeiro — Ao edificio do Instituto Nacional de Estatística, dirigida pelo sr. eng.º Tóvar de Lemos.
- 20 de Janeiro — Ao antigo Convento dos Cardais, dirigida pelo sr. eng.º João dos Santos Simões.
- 19 de Fevereiro — A Capela dos Castros e Igreja de S. Domingos de Benfica, dirigida pelo sr. Norberto de Araujo.
- 24 de Fevereiro — Ao Hospital da Marinha, dirigida pelo sr. dr. Emílio Faro.
- 10 de Março — Ao Palácio de S. Cristóvão — Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio de Lisboa, dirigida pelos srs. Ferreira de Andrade e dr. Sabino Pereira.
- 24 de Março — A igreja de S. Cristóvão, dirigida pelo sr. capitão Eugénio Sobreiro de Figueiredo e Silva.
- 21 de Abril — Ao Palácio da Independência, dirigida pelo sr. Luis Pastor de Macedo.
- 5 de Maio — Ao Colégio Militar, dirigida pelo sr. Gustavo de Matos Sequeira.
- 19 de Maio — Ao Palácio Nacional de Belém, dirigida pelo sr. Mário de Sampaio Ribeiro.
- 16 de Junho — Ao Castelo de S. Jonge e Igreja de Santa Cruz do Castelo, dirigidas pelos srs. Norberto de Araujo e António Ribeiro da Silva e Sousa.
- 20 de Junho — A Fábrica de Malhas dos srs. Simões & C.ª, Lda., dirigida por pessoal da fábrica.
- 23 de Junho — A Tapada da Ajuda, dirigida pelo sr. eng.º André Navarro.
- 7 de Julho — A Escola Agrícola de D. Diniz (Paiã), dirigida pelo sr. eng.º Arnaldo Rodrigues de Sousa.
- 21 de Julho — Ao Palácio e Quinta Real de Caxias e Convento de Cartuxa, dirigidas pelos srs. drs. Francisco Cância e António Elídio Teixeira de Vasconcelos.
- 27 de Outubro — A Igreja de Santa Maria Madalena, dirigida pelo sr. Luis Pastor de Macedo.

- 7 e 21 de Novembro — A Empresa Nacional de Aparelhagem Eléctrica. (Lumjar), dirigida pelos srs. eng.ºs Neto, Ribeirinho e Rebejo da Silva.
- 10 de Novembro — Ao Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, dirigida pelas sr.ªs professoras D. Alice Andrade e D. Teresa Leitão de Barros.
- 24 de Novembro — Ao Hospital de D. Estefânia, dirigida pelo sr. dr. Alberto Mac-Bride.
- 11 e 12 de Dezembro — Ao Conservatório Nacional, dirigida pelo sr. dr. Ivo Cruz, e
- 15 de Dezembro — Ao Museu da Cidade e Asilo da Mendicidade da Mitra, dirigidas pelo sr. dr. Jaime Lopes Dias e capitão Carlos Alberto Godinho.

### CONFERÊNCIAS NA SEDE

- 5 de Janeiro — *O Presépio de Quinhentos em Lisboa*, pela sr.ª D. Maria Brack Lami Barjona de Freitas.
- 10 de Janeiro — *Lisboa e o Património Nacional*, pelo sr. Norberto de Araujo.
- 17 de Janeiro — *Transformemos Lisboa para o seu VIII Centenário — O Problema do trânsito*, pelo sr. dr. Amadeu Ferreira de Almeida.
- 19 de Janeiro — *Lisboa e o nu artístico sacro e profano*, pelo sr. dr. Amadeu Ferreira de Almeida.
- 24 de Janeiro — *O Bairro da Lapa*, pelo sr. dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal.
- 22 de Março — *Uma Audácia em barro — A Jarra Beethoven*, pela sr.ª D. Julieta Ferrão.
- 24 de Março — *Rafael Bordalo Pinheiro e o seu tempo*, pelo sr. dr. Luís de Oliveira Guimarães, e inauguração duma exposição de caricaturas pelo «Amigos defensores do Museu Rafael Bordalo Pinheiro», em comemoração do Centenário do nascimento do seu patrono.

# AMIGOS DE LISBOA

## Lista dos sócios aprovados nos anos de 1945 e 1946

- 1793 — Josefa Belo.
- 1794 — Manuel Coimbra, comerciante.
- 1795 — Manuel dos Santos Lourenço, advogado.
- 1796 — Emílio Augusto de Andrade, comerciante.
- 1797 — Gustavo de Abreu Vidal, guarda-livros.
- 1798 — José Augusto Fragoço Fernandes, advogado.
- 1799 — Armando Narciso, médico.
- 1800 — Fernando Alberto do Vale Meneses, escriptorário.
- 1801 — João Monteiro de Macedo, advogado.
- 1802 — Sérgio Ivo Nunes Pereira, guarda-livros.
- 1803 — Francisco Manuel Xavier Rodrigues, emp. escritório.
- 1804 — Simão Valdez Trigueiros, engenheiro.
- 1805 — Armano Acácio Rodrigues da Silva, comissário de marinha.
- 1806 — René Charles Dupont P. Rodrigues da Silva, estudante.
- 1807 — Alice Spali, professora.
- 1808 — António Ferreira dos Santos, comerciante.
- 1809 — Francisco Manuel Carvalho Rodrigues, estudante.
- 1810 — F. H. de Oliveira & C.<sup>a</sup> Lda., comerciantes e industriais.
- 1811 — Armando José de Araujo Leal, emp. comércio.
- 1812 — Alberto Pereira Jorge, comercialista.
- 1813 — Armando da Silva Pais, func. corporativo.
- 1814 — Manuel de Figueiredo Pinto, construtor civil.
- 1815 — Rui da Cruz Alves, comerciante.
- 1816 — Manuel Mendes Ferreira, comerciante.
- 1817 — Almeida Basto & Piombino, cambistas.
- 1818 — Companhia de Seguros Aachen & Munich.
- 1819 — C. E. Moitinho de Almeida, comerciante.
- 1820 — Hermínio Mendonça, agente de leilões.
- 1821 — Heinrich Katzenstein, comerciante.
- 1823 — José Sabino Pereira, médico.
- 1823 — Leopoldo Humberto F. Drumont Ludovice, func. camarário.
- 1824 — Companhia de Seguros Alentejo.
- 1825 — Maria Elena Assis Pacheco, emp. escritório.
- 1826 — Soc. Industrial Alegria, comerciantes.
- 1827 — Orlando Ribeiro, prof. da Faculdade de Letras.

- 1828 — Gustavo Tedeschi Correia Neves, oficial do Exército.  
1829 — E. A. Strasen, proprietário.  
1830 — Guilhirme da Costa Domingues, emp. escritório.  
1831 — Aníbal José da Mota Figueiredo, médico.  
1832 — Grande Hotel Portugal.  
1833 — Eduardo Maria Rodrigues, industrial.  
1834 — António Tomé de Brito, contabilista.  
1835 — J. Nunes Correia, Lda., comerciantes.  
1836 — Arnaldo de Carvalho, comerciante.  
1837 — Hernani Vilar de Sousa Graça, caixeiro viajante.  
1838 — Pedro de Lemos de Sousa Macedo, estudante.  
1839 — Amadeu Gomes da Fonseca, industrial.  
1840 — Joaquim Gamboa, médico.  
1841 — Francisco Monterrazo Carneiro, proprietário.  
1842 — Maria da Piedade Marques Rato.  
1843 — Virgílio Ramos, agente comercial.  
1844 — José de Abreu, industrial.  
1845 — Vitor Marques Simões, industrial.  
1846 — Horácio Rogério dos Santos Dautel, guarda-livros.  
1847 — Joaquim José de Azevedo Barbosa, industrial.  
1848 — Augusto Molder, comerciante.  
1849 — Alvaro Pacifico de Oliveira e Sousa, oficial do Exército.  
1850 — António da Cunha Osório Pedroso, oficial do Exército.  
1851 — Vicente Rodrigues, comerciante.  
1852 — António Saúde, pintor de Arte.  
1853 — Germano Marques Fernandes, func. público.  
1854 — Joaquim da Conceição Dias, emp. no comércio.  
1855 — Luís Caldeira Mendes Sarajva, conservador Registo Civil.  
1856 — Vitor de Oliveira Domingues, comerciante.  
1857 — Alexandre Mendes da Silva, emp. de escritório.  
1858 — Maria Helena Rita Garcia Romeu, emp. escritório.  
1859 — Alvaro Lino Antunes de Andrade, industrial.  
1860 — Carlos José da Cruz Morais Domingues, mecânico.  
1861 — António da Costa Trancoso, proprietário.  
1862 — António Neves Ruival Saavedra, engenheiro.  
1863 — José da Cruz Ferreira, guarda-livros.  
1864 — Jaime Augusto de Morais, ourives.  
1865 — João da Graça Caldeira, industrial.  
1866 — João Casimiro da Silva Marques, emp. de seguros.  
1867 — Luís Eugénio Dumont, pintor de Arte.  
1868 — Fernando Eurico de Barros, proprietário.  
1869 — Adelino Augusto Ferreira, mecânico.  
1870 — Gustavo Mateus Leal, guarda-livros.

- 1871 — José Eduardo Lemos Lisboa, comerciante.  
1872 — António Augusto Pires Quintela, professor.  
1873 — Francisco José Guerra, professor.  
1874 — Zília Ribeiro Braga.  
1875 — Miguel Pais do Couto, emp. comércio.  
1876 — Laurinda Alambre, médica.  
1877 — Maria Lucília Leone Carvalho Branco.  
1878 — Manuel Ferreira, func. público.  
1879 — Luís Costa Pimentel, emp. escritório.  
1880 — Jooquim Rumina, médico.  
1881 — António M. Ferreira Rodrigues, guarda-livros.  
1882 — Augusto Sá Viana Rebelo, advogado.  
1883 — Custódia de Carvalho e Melo, escritora.  
1884 — Eugénio Henrique Ramos, emp. escritório.  
1885 — Rui Almeida Vasconcelos A. Mousinho, func. público.  
1886 — Gilberto D. Cardoso Monteiro, médico.  
1887 — Jorge Augusto Sousa, func. público.  
1888 — Francisco Maria Carvalho, emp. bancário.  
1889 — Godofredo Ferreira, func. público.  
1890 — Maria Tomásia Garcês.  
1891 — Manuel Bernardes Cajarrão, emp. bancário.  
1892 — Miguel Guedes Costa, emp. bancário.  
1893 — Indalécio Pires, emp. bancário.  
1894 — Maria Leonor Santos Nogueira, assistente social.  
1895 — Francisco Xavier Antunes, contabilista.  
1896 — Adriana de Pajva Rodrigues, educadora familiar.  
1897 — José Tomás Valente Rocha, médico.  
1898 — Paulo Ferreira, industrial.  
1899 — Amabilja Charbel de Girardin.  
1900 — Alexandre Pio dos Santos, emp. escritório.  
1901 — Aurélio Dias Cardoso, emp. escritório.  
1902 — Eduardo Henriques de Almeida, luveiro.  
1903 — Júlio César de Almeida Rajna, engenheiro.  
1904 — João Augusto dos Santos, médico.  
1905 — Rogério Pereira Ramos, mecânico.  
1906 — José Francisco Pires do Carmo, oficial do Exército.  
1907 — Adalberto de Vasconcelos, comerciante.  
1908 — José Maria de Albuquerque Costa Brandão, emp. camarário.  
1909 — Manuel A. Marques, oficial do Exército.  
1910 — Armazéns Olajo, comerciantes e industriais.  
1911 — José Marques Gonçalves Escrivanijs, estudante.  
1912 — Eduardo Augusto Azambuja Martins, oficial do Exército.  
1913 — Maria Mercês Figueira Rêgo, emp. da Misericórdia.

- 1914 — Raúl de Mendonça, industrial.  
1915 — Alberto Carlos das Neves e Castro, oficial do Exército .  
1916 — Joaquim José de Oliveira e Sousa, emp. navegação.  
1917 — Manuel dos Santos Pampoljim de Castro, comerciante.  
1918 — Francisco Felgueiras, emp. comércio.  
1919 — José Cândido da Silva, industrial.  
1920 — Raúl Empis, proprietário.  
1921 — António Rajmundo Costa Santos Pedro, oficial de Marinha.  
1922 — Sindicato Nacional Construtores Cívis.  
1923 — Manuel Ferreira, func. público.  
1924 — António Santos Silva, agente de seguros.  
1925 — José Eduardo Alves de Noronha, escritor.  
1926 — Lourenço de Mejo, comerciante.  
1927 — Luís da Silva Cardoso, comerciante.  
1928 — Jda Brandt  
1929 — Robert Brandt, relojoeiro.  
1930 — Victor Cardoso da Silva, industrial.  
1931 — Albano da Silva, industrial.  
1932 — Condessa de Vila Flor.  
1933 — Carlos da Silva Dias, emp. de navegação.  
1934 — Carlos Pereira Lopes do Rêgo, emp. de navegação.  
1935 — Carlos Queiroga Tavares, comerciante.  
1936 — Camisaria Tufão, Lda.  
1937 — Francisco Ranito de Almeida Eusébio, advogado.  
1938 — João Luís Esteves, pintor decorador.  
1939 — Joaquim da Costa Martins, comerciante.  
1940 — Maurício Lopes do Rego, desenhador decorador.  
1941 — Grandes Armazéns do Chiado.  
1942 — Hotel Florida.  
1943 — Álvaro Salvação Barreto, oficial do Exército.  
1944 — João da Silva Lourenço emp. bancário.  
1945 — Manuel Nunes Tiago, construtor civil.  
1946 — Manuel Magno, médico.  
1947 — Companhia de Seguros Império.  
1948 — Jaime Martins Coelho, funcionário público.  
1949 — Casa Havaneza.  
1950 — Joia da Silva Venenco, visitadora sanitária.  
1951 — Hotel Tivoli.  
1952 — Rui de Sá Osório Tóvar, jornalista.  
1953 — Antero Leal Marques, proprietário.  
1954 — Ao Último Figurino.  
1955 — Old England.  
1956 — Conde de Pinhel, proprietário.

- 1957 — Jerónimo Tavares da Silva, comerciante.  
1958 — Est. Jerónimo Martins & F.<sup>o</sup>, Lda.  
1959 — Jerónimo da Silva Botelho, comerciante.  
1960 — Soc. Construções E. R. G. Lda.  
1961 — Fábrica de Malas Teodoro dos Santos.  
1962 — António Veiga, construtor civil.  
1963 — Adolfo F. M. da Costa Silva (Conde Folgosa), proprietário.  
1964 — João Machado da Conceição & C.<sup>o</sup>, Lda.  
1965 — André Navarro, engenheiro.  
1966 — Domingos de Mascarenhas, advogado.  
1967 — Jorge Manuel Espinosa de Sá Machado, estudante.  
1968 — Fássio, Lda., comerciantes.  
1969 — Nuno de Brion, oficial da Marinha de Guerra.  
1970 — Henrique Abecassis, comerciante.  
1971 — Américo Cortês Pinto, médico.  
1972 — Luís Teotónio Perreira, comerciante.  
1973 — Justino Teodoro Baptista, marceneiro.  
1974 — Jorge Botelho Moniz, oficial do Exército.  
1975 — Artur Ricardo Jorge, professor da Faculdade de Ciências.  
1975 — Carlos Augusto de Andrade Lobo, oficial do Exército.  
1977 — Vasco Morais Palmeiro (Regaleira), arquitecto.  
1978 — Alfredo Moreira, industrial.  
1979 — Alves & C.<sup>o</sup> (Irmãos), comerciantes.  
1980 — Maria Amélia Álvares Vjeira da Cruz.  
1981 — Maria Alje Álvares Vjeira da Cruz.  
1982 — Henrique Pereira Ferraz, emp. bancário.  
1983 — Arnaldo Pereira Nunes, industrial.  
1984 — José Rodrigues de Matos, advogado.  
1985 — Miguel Buttuller, comerciante.  
1986 — Luís Schwalbach, Professor Faculdade Letras.  
1987 — José Luís de Oliveira Calheiros e Meneses, engenheiro.  
1988 — Roiz, Lda., comerciantes.  
1989 — Virgínia Salgueiro Claro Lupi.  
1990 — Soc. Portuguesa «Cavan», industriais.  
1991 — Aguiar & Melo, Lda., comerciantes.  
1992 — Olavo Cruz, Lda., comerciantes e industriais.  
1993 — Companhia das Fábricas de Cerâmica Luzitana, industriais.  
1994 — Vasco Nunes de Abreu, emp. bancário.  
1995 — Hermenegildo Silva, comerciante.  
1996 — Vítor Marques de Oliveira, proprietário.  
1997 — Paulo Cancela de Abreu, advogado.  
1998 — Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, comerciantes.  
1999 — Manuel Colares Pereira, advogado.

- 2000 — Edmundo de Melo Perestrelo, emp. comércio.  
2001 — Augusto Ezaguy, médico.  
2002 — Carlos Farinha, industrial.  
2003 — João António Barbosa, proprietário.  
2004 — Ruy Fernandes de Oliveira, emp. escritório.  
2005 — Eduardo Ribeiro Lopes, comerciante.  
2006 — A. Serra Campos Ferreira, comerciante.  
2007 — J. P. Pinto de Vasconcelos, Lda., comerciantes.  
2008 — Gajvotas, Lda., industriais.  
2009 — António Mendes David, comercialista.  
2010 — Couto dos Santos, engenheiro.  
2011 — Henrique José Rodrigues de Andrade, comerciante.  
2012 — João Rosa Ferreira, emp. comércio.  
2013 — Francisco Duarte Resina, comerciante.  
2014 — Augusto Carlos Saldanha, oficial da Marinha de Guerra.  
2015 — Alberto Barbosa, industrial.  
2016 — Eduardo Cohen, proprietário.  
2017 — José Custódio Nunes, engenheiro.  
2018 — José Ascensão Monteiro, emp. sup. ferroviário.  
2019 — José Maria Lemos, construtor civil.  
2020 — António Bragança Gomes, comerciante.  
2021 — Raúl Cabral, comerciante.  
2022 — Avelino da Silva Montelo, comerciante.  
2023 — António Assunção Ramos, emp. industrial.  
2024 — José Galhardo, advogado e escritor.  
2025 — António Centeno, industrial.  
2026 — Acúrcio Pereira, jornalista.  
2027 — José Lourenço Rodrigues, empresário teatral.  
2028 — Artur Rosa Mateus, empresário teatral.  
2029 — Luís H. Galhardo, empresário teatral.  
2030 — Soc. de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses.  
2031 — Luís da Câmara Pinto Coelho, professor da Faculdade Direito.  
2032 — Companhia de Diamantes de Angola, industriais.  
2033 — Robles Monteiro, empresário teatral.  
2034 — José Manuel Nogueira de Melo e Faro, proprietário.  
2035 — César Varela, oficial do Exército.  
2036 — João da Gama Pimentel Barreto, médico.  
2037 — Eduardo Rodrigues Pinto, advogado.  
2038 — António Fernandes Leitão, médico.  
2039 — Francisco Simas Celestino Soares, proprietário.  
2040 — Carlos Alberto de Moraes Sarmiento, agente técnico de engenharia.  
2041 — D. Martinho de França da Gama Pereira Coutinho, engenheiro.  
2042 — Artur Rebelo, proprietário.

- 2043 — Maria da Conceição Silva Lima, visitadora sanitária.  
2044 — Júlia Maria Palma, proprietária.  
2045 — Luís da Costa Trindade, func. público.  
2046 — Mármore e Cantarias de Pero Pinheiro — Estremoz, Lda.  
2047 — José Henrique de Sousa, oficial do Exército.  
2048 — Armindo Bastos Simões, func. público.  
2049 — Eduardo Ricou, comerciante.  
2050 — Emídio Guilherme Garcia Mendes, proprietário.  
2051 — Júlio Guimarães, comerciante e publicista.  
2052 — Ester da Silva Guerra, func. público.  
2053 — Maria Cristina Abecassis Gonçes Ferreira.  
2054 — Américo Marques Ferreira, guarda-livros.

# E. PINTO BASTO & C.<sup>A</sup> L.<sup>DA</sup>

L I S B O A

TRANSPORTES MARÍTIMOS E AÉREOS  
CARVÃO — SEGUROS  
REPRESENTAÇÕES (Industriais, etc.)  
EXPORTAÇÕES — TRANSITÁRIOS  
E T C . — E T C .



NO PORTO

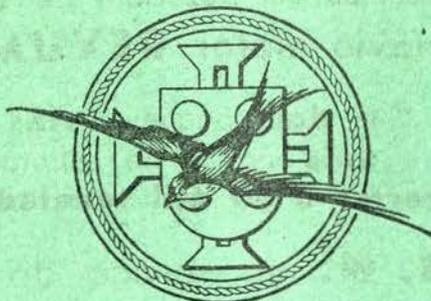
*Kendall, Pinto Basto & C.<sup>a</sup> L.<sup>da</sup>*

# Dominguez & Lavadinho, L.<sup>da</sup>

**PAPELARIAS**

nacionais  
e estrangeiras

**FABRICA** de  
sobrescritos, ma-  
nipulação de pa-  
péis de escrever  
e sacos de papel



**TINTA DE  
ESCREVER**

nacionais  
e estrangeiras

**PAPÉIS QUÍMI-  
COS**, lápis, arti-  
gos de escritório  
e de desenho

**SEDE:** Rua da Assunção, 79 a 85 e Rua dos Sapateiros, 135 a 143

Telefones: 2 5201 / 02

**FABRICA:** Av. Casal Ribeiro, 18 a 25 — LISBOA

# CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA  
Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para  
**HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS**

Preços fixos e marcados em todos os artigos  
ON PARLE FRANÇAIS      ENGLISH SPOKEN

EM PLENA ACTIVIDADE RENOVADORA

## COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

apresentou em Dezembro de 1946  
o navio-motor **REVUMA**

e apresentará em 1947 **dois** paquetes, **três** cargueiros e **um** cargueiro grande e **dois** navios de cabotagem, **num total superior a 50 mil toneladas.**

A **C. N. N.** ao serviço do Império  
leva o nome de Lisboa a todos os mares do mundo

**LISBOA**

RUA DO COMÉRCIO, 85  
TELEF. 2 3021

**PORTO**

RUA INFANTE D. HENRIQUE, 73  
TELEF. 1434

# *Empresa Insulana de Navegação*

CARREIRAS REGULARES ENTRE  
LISBOA, MADEIRA E AÇORES

Saídas em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Pico (Lages) e Faial.

Saídas em 23 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas), Pico (Cais), Faial, Corvo e Flores (Lagens e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Corvo só se efectua nos meses de Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele porto no mês de Fevereiro, só para troca de correspondência e serviços de passageiros.

**A G E N T E S**

**EM LISBOA**

**GERMANO SERRÃO ARNAUD**

Carga e passagens de 3.<sup>a</sup> classe

Avenida 24 de Julho, 2, 2.<sup>o</sup>

Telef. 20214/15

Passagens de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classes

Rua Augusta, 152

Telef. 20216

**NO PORTO**

**J. T. PINTO VASCONCELOS, LIMITADA**

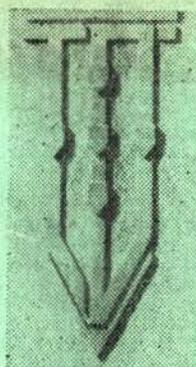
Na Madeira

**BLANDY BROTHERS & C.<sup>o</sup> L.<sup>da</sup>**

Em Ponta Delgada

**BENSAÚDE & C.<sup>a</sup>, L.<sup>da</sup>**

CAPTAÇÕES  
DE ÁGUA  
SUBTERRÂNEA



FUNDAÇÕES  
DE TODOS  
OS GÉNEROS

(Um quarto de século de especialização técnica)

Empresa de Sondagens e Fundações

TEIXEIRA DUARTE, L.<sup>DA</sup>

Rua da Betesga, 57, 3.º, Esq.

LISBOA

Secções de Tipografia, Encadernação e Pautação. Trabalhos simples e de luxo.

**PAPELARIA  
:::CAMÕES:::**

DE

**AUGUSTO, RODRIGUES & BRITO,  
LIMITADA**

Pincéis, telas e tintas de óleo, para aguarela, desenho e guaches das marcas: Lefranc, Windsor, Pelikan e Schmincke.



**42 — Praça Luís de Camões — 43**  
Telef. 23063 — LISBOA

**OCIDENTE**

REVISTA MENSAL PORTUGUESA

Director: ÁLVARO PINTO



Preços das assinaturas por ano  
com direito aos números especiais

Portugal . . . . .	144\$00
Brasil . . . . .	150 cr.
Col. Portuguesas e Espanha. . . . .	150\$00
Estrangeiro . . . . .	8 dól.



**Rua do Salitre, 155 — Lisboa**  
**PORTUGAL**

# CIMENTO TEJO

CANTARIAS—MÁRMORES

## ANTÓNIO MOREIRA RATO & F.<sup>os</sup>, L.<sup>da</sup>

Telefone 60879

Telegramas — RATOFILHOS

Avenida 24 de Julho, 54-F.  
LISBOA

# VINHO DO PORTO

## « GRAHAM »

« Emperor »  
« Five Crowns »  
« Six Grapes »  
« Imperial Dry »

— « Tawny » Velhíssimo  
— Muito velho e sêco  
— « Vintage » Velho do casco  
— « Ruby » Leve



### GUILHERME GRAHAM JNR. & C.<sup>A</sup>

Rua dos Fanqueiros, 7  
Lisboa Tel. 20066-9

Rua dos Clérigos, 6  
Porto Tel. 880-1

*Distribuidores no Sul*

JOSÉ LUIZ SIMÕES — LARGO DO CHIADO, 17 — LISBOA

## OS PRODUTOS DA COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS SÃO OS PREFERIDOS PELO FUMADOR EXIGENTE

PICADOS: «Superior», «Francês», «Virginia», «Duque», «Holandês» e «Águla»

CHARUTOS: «Peraltas» CIGARRILHAS: Gamas, Avis, Diana, Legionários, Eureka, Menta, Lusos, Provisórios, Sporting, Navalistas, Elegantes, Turquesas, Tip-Top, Tagus, Sereias, Sado, Ases, Sagres, Chic, Lisboa, P. Peitoral

CIGARRILHAS DE CAPA DE TABACO: «Mimosas»

São marcas da **COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS**

*Arrendatária das Fábricas e marcas de Tabacos do Estado*

Telef. 2 0244 Teleg. PAPELCAR

*Papelaria*  
**CARLOS**

de Carlos Ferreira, Lda.

34, RUA DO OURO, 38  
LISBOA

Especialidade em livros para  
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

Grande sortido de artigos para  
DESENHO E ESCRITÓRIO

Edições da "PORTUGALIA"  
sobre Lisboa

**A CARAVELA E OS CORVOS**

por *SUSANNE CHANTAL*. — Os  
oito séculos da história da Capital,  
num encantador livro de 500 páginas  
**30\$00**

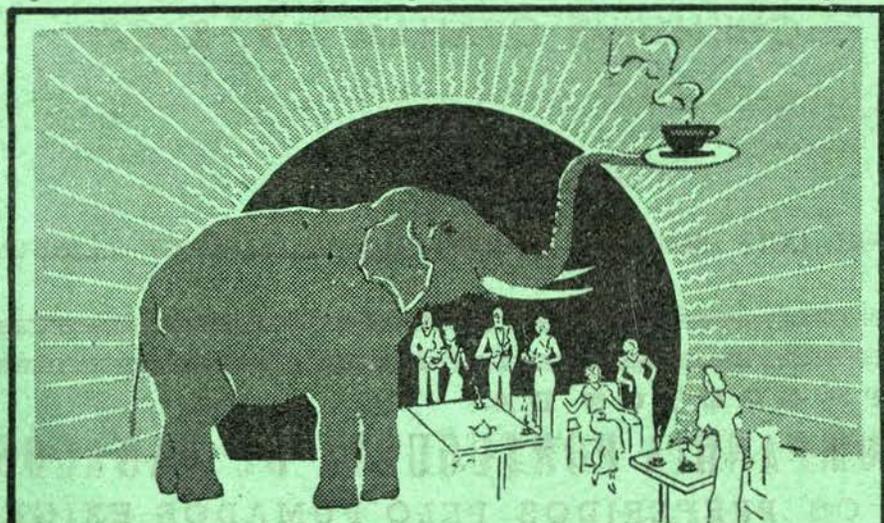
**A NOSSA LISBOA**

por *MATOS SEQUEIRA* e *PAS-  
TOR DE MACEDO*. — Prémio «Jú-  
lio de Castilho» da C. M. L.  
**40\$00**

**GUIA E PLANTA DE LISBOA**

por *NORBERTO DE ARAÚJO* e  
*ANTÓNIO SOARES*.  
Edição portuguesa . . . . . **12\$00**  
Edição francesa . . . . . **15\$00**  
Edição inglesa . . . . . **15\$00**

A' venda em todas as livrarias



**CHÁ CELESTE**

*preto e verde, uma delicia!*

# M É T O D O CALIGRÁFICO

*por Pinto de Mesquita*

Professor jubilado em 1943 na  
Escola Comercial de Veiga Beirão

Premiado com as medalhas de Prata e  
Bronze nas Exposições do Rio de Janeiro  
1908-1922 (Únicas a que concorreu)

6.<sup>a</sup> edição, correcta e aumentada.  
O mais completo de todos os métodos.  
Um volume brochado com 110 modelos

15\$00

*A' venda em todas as livrarias*

Pedidos à

LIVRARIA ALBANO DE SOUSA BARROSA, LDA.

145, Rua da Palma — Telefone: 31456

LISBOA

# MÓVEIS DE MADEIRA PARA ESCRITÓRIO

SEMPRE EM EXPOSIÇÃO  
ORÇAMENTOS GRÁTIS

THE MODERN  
OFFICE, L.<sup>TD</sup>

Telef. 2 3465

Rua do Alecrim, 107 — LISBOA

# ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES  
PROJECTOS DE ESTABILIDADE  
BETÃO ARMADO

Av. Oriental do Parque Eduardo VII, 14, r/c.-E.

TEL. 4 9313 — LISBOA

— e —  
Rua Fonseca Cardoso, 20, 2.º

TEL. (provisório) 5150 — PORTO

# Ouvivesaria da Guia

FUNDADA EM 1875

JOIAS — OURO — PRATAS — RELOGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 / Telefone 28336  
Rua da Mouraria, 7-11 LISBOA

AMIGOS DE LISBOA

tragam sempre consigo o «Roteirinho Alfacinha»

QUE INDICA:

Onde fica a rua?  
De que freguesia é?  
Que carro lhe serve?

ESC.: 4\$00

À venda nas livrarias e na sucursal de «O Século»—ROSSI  
DEPÓSITO: Rua do Amparo, 94, 1.ª-Esq.º

Romão & C.º

Antiquários

47, R. D. Pedro V, 51

Telefone 23129

LISBOA

# PORTO DE LISBOA

(ADMINISTRAÇÃO GERAL)

*Áreas* — Molhada 11.150 hectares: terrestre utilizável 2.000 Ha. sendo 10 Ha. de área coberta.

*Vias férreas*: Superior a 50 m. de comprimento, ligadas à rede ferroviária do País.

*Caís acostáveis* — Comprimento total de cerca de 13 km.

*Docas secas*: Cinco, de comprimento entre 42 e 180 metros.

*Docas de abrigo*: Sete, com 45 Ha. de área molhada total.

*Carroiras de construção* — Três respectivamente com 87, 120 e 150 metros de comprimento.

*Oficinas de construção e reparação naval*: Amplas e convenientemente aparelhadas.

*Guindastes*: Hidráulicos, a vapor e eléctricos, terrestres e flutuantes, cuja potência elevatória varia de 1.500 kg. a 100.000 kg.

*Material marítimo*: Rebocadores, dragas, barcas de água e batelões diversos, cilindros impulsores, etc.

*Warrants*: Faculdade de emitir warrants, nos termos do Código Comercial.

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO PORTO DE LISBOA  
CAIS DO SODRÉ

TELEFONES 2 5001/3 e 2 5665/6

Endereço Telegráfico: «PORTISBOA»

Romão & C.º

Fabricantes  
de Balanças

Fundada em 1778

13, Cruzes da Sé. 20

Telefone 2 6613

LISBOA



CASA DOS PANOS

A primeira casa  
da especialidade

Sortimento completo em  
panos brancos e de côr  
e em linhos de todas as  
larguras

45, R. DOS FANQUEIROS, 49  
(à esquina da Rua de S. Julião)

Alberto Alves Natário

Encadernações simples e de luxo

Vivenda Yolanda  
Bairro da Mina  
AMADORA

Miguel A. Fraga, L.da R. da Palma, 26-28—LISBOA

TELEFONE 2 8503

Ouvivesaria, relojoaria e joalharia

Compra-se Ouro, Prata  
e Brilhantes

Grande sortido em MONOGRAMAS  
em ouro e prata para carteiras

Descontos especiais a todos  
os «Amigos de Lisboa»

Não sempre jóias em 2.ª mão

Especialidade em Anéis, Meda-  
lhas, Alfinetes, etc., com retra-

Tudo mais barato

Bertrand (Irmãos), L. da

Fotogravura

Tipografia

Fotólito

Desenho